



Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia



Tecnologia em Gestão Pública
UFRB

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

KEILA REIS SANTOS

POTENCIALIDADES EDUCATIVAS DE CACHOEIRA-BA:
Pensando Cachoeira como Cidade Educadora

Cachoeira- BA

2019

KEILA REIS SANTOS

**POTENCIALIDADES EDUCATIVAS DE CACHOEIRA-BA:
Pensando Cachoeira como Cidade Educadora**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lys Maria Vinhaes Dantas.

Cachoeira- BA


2019

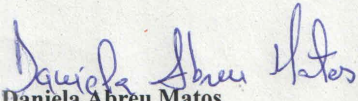
KEILA REIS SANTOS

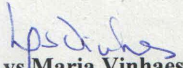
**Potencialidades educativas de Cachoeira-BA: pensando Cachoeira
como Cidade Educadora**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 27 de fevereiro de 2019.


Cleudson Sá Barreto do Rosário
Especialista em Segmentação do Turismo
Secretaria de Cultura e Turismo – Cachoeira-BA


Daniela Abreu Matos
Doutora em Comunicação Social pela Universidade
Federal de Minas Gerais
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia


Lys Maria Vinhaes Dantas
Professora Orientadora
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SANTOS, Keila Reis. POTENCIALIDADES EDUCATIVAS DE CACHOEIRA-BA: Pensando Cachoeira como Cidade Educadora. p. 1-73. 2019. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019

RESUMO

A cidade é o espaço da ação humana, neste encontram-se intrínsecas potencialidades educativas que possibilitam aprendizagens que muitas vezes não são percebidas pela gestão pública e, por conseguinte, por seus cidadãos. Nesta concepção de cidade enquanto espaço pedagógico é posto o conceito de Cidades Educadoras um modelo organizativo político-administrativo que se posiciona em converter a cidade numa aula, no qual o governo municipal assume a intencionalidade de colocar a educação como norteadora das políticas públicas em geral de modo intersetorial, e neste agregando Terceiro Setor, comunidade e equipamentos públicos. A partir desse conceito apresenta-se a cidade de Cachoeira–BA, localizada no recôncavo baiano, e que possui os títulos de Cidade Heroica e Patrimônio Nacional, bem como um contexto histórico singular no cenário nacional e internacional. Sendo assim esse trabalho buscou investigar quais as potencialidades educativas que pode-se encontrar em Cachoeira e que a qualificariam para torná-la uma Cidade Educadora. Para tanto foram analisadas as dimensões educativas, patrimoniais e administrativas do município. Com esse objetivo foram entrevistados representantes da Administração pública, do Terceiro Setor e da comunidade, investigando a relação de parceria entre estes e mapeando os equipamentos educativos e patrimoniais. Assim certificou-se que Cachoeira possui uma malha de espaços pedagógicos e recursos que podem atender às demandas de um projeto com a visão da cidade educadora. Por isso é proposto um projeto local que explore as potencialidades municipais existentes, com ações intersetoriais e articuladas centrada na promoção do potencial endógeno local.

Palavras-chave: Cachoeira Cidade Educadora, potenciais educativos, potenciais culturais, intersetorialidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A nova arquitetura em Gestão Pública.....	29
Figura 2: Síntese do conceito de Cidades Educadoras	41
Figura 3: Estrutura das categorias de análise.....	52
Figura 4: Localização dos potenciais educativos	60
Figura 5: Localização dos potenciais patrimoniais.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fontes entrevistadas.....	48
Quadro 2: Fontes complementares	50
Quadro 3: Equipamentos públicos visitados	50
Quadro 4: Observação de campo em eventos.....	51
Quadro 5: Equipamentos formais	54
Quadro 6: Equipamentos não formais	56
Quadro 7: Equipamentos culturais	59
Quadro 8: Patrimônio Material de Cachoeira tombado pelo IPHAN.....	61
Quadro 9: Títulos de Cachoeira-BA.....	64
Quadro 10: Eventos culturais de Cachoeira-BA.....	65

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO.....	9
II.	A CIDADE ENTENDIDA ENQUANTO PEDAGOGIA.....	13
	A cidade, qual o seu conteúdo programático?.....	13
	Educação e educações, quais os seus objetivos específicos?	18
	A educação formal.....	19
	Educação informal.....	22
	A Educação não-formal.....	24
III.	A NOVA ARQUITETURA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	28
	Como a Gestão Pública pode contribuir para a efetivação dos potenciais educativos municipais?.....	33
IV.	COMPREENDENDO O CONCEITO DE CIDADES EDUCADORAS	36
	Conceituando Cidades Educadoras.	36
	A Carta das Cidades Educadoras.....	38
	A Associação das Cidades Educadoras	39
V.	CACHOEIRA: CIDADE HEROICA E PATRIMÔNIO NACIONAL	43
	5.1 Cachoeira, qual o seu contexto histórico?	43
VI.	MÉTODO	47
	Abrangência temporal.....	47
	Abrangência geográfica.....	47
	Análise documental	47
	Técnicas e instrumentos.....	47
	Critérios de escolha dos sujeitos como fonte.....	48
	Entrevistas e observação realizada em campo.....	49
	Aspectos éticos	52
	Modelo de Análise.....	52
VII.	QUAIS AS POTENCIALIDADES QUE QUALIFICARIAM CACHOEIRA COMO CIDADE EDUCADORA?	53
	Potencial educativo.....	53
	Quanto à educação formal	53
	Equipamentos educativos não-formais.....	56
	Equipamentos educacionais/culturais.....	59
	Potencial patrimonial.....	60
	Patrimônio material	60
	Patrimônio Imaterial.....	63

Potenciais Administrativos	66
VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72

I. INTRODUÇÃO

Circular pelas ruas, bairros e praças da cidade faz parte do cotidiano da maioria das pessoas. Ir ao trabalho, frequentar a escola, fazer compras no comércio, visitar estabelecimentos públicos, praticar exercícios ao ar livre, passear na praça são algumas dessas atividades. É nesses espaços de vivências do dia-a-dia que os laços vão se formando, a cultura é sendo construída e o cidadão aprende a lutar por seus direitos.

Toda cidade tem a sua história, a sua identidade, sua paisagem, e esses elementos construídos pelo seu povo se complementam e fazem menção à memória do lugar, revelando características do seu passado através da conservação da sua materialidade e por aspectos do modo de vida da população atual. Nessa integração de tempos, faz-se fundamental compreender o passado para ressignificar e melhorar o presente e conjuntamente valorizar e preservar o patrimônio material e imaterial. Nesse sentido, Gadotti (2006, p. 134) comenta:

A cidade dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. A vivência na cidade se constitui num espaço cultural de aprendizagem permanente por si só, “espontaneamente”: “há um modo espontâneo, quase como se as Cidades gesticulassem ou andassem ou se movessem ou dissessem de si, falando quase como se as Cidades proclamassem feitos e fatos vividos nelas por mulheres e homens que por elas passaram, mas ficaram, um modo espontâneo, dizia eu, de as Cidades educarem”.

Paulo Freire (1989, p. 9) afirmava que “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Partindo desta perspectiva, entendemos que a educação é um fenômeno ilimitado, plural e dinâmico que independentemente do povo, cor ou classe é efetuada também através da observação e reprodução dos seus valores, técnicas e cultura e no exercício da vivência e convivência do lugar que está. Brandão (1985, p. 7) destaca que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações.

Assim é denotado que o processo educacional realiza-se consideravelmente a maneira que se aprende a “olhar” o que está a sua volta. E olhar nesse entendimento significa admirar a cidade, contemplar suas especificidades, identificar a riqueza estética, apreciar e preservar o recurso ambiental, conhecer seu diferencial histórico, interessar-se pela memória coletiva, considerar seus espaços, direitos e resistência, reconhecer sua cultura, encontrar seu lugar de

participação e principalmente avaliar locais oferecidos ao público como espaços de cultura e lazer. Em outras palavras, observar, reconhecer e apropriar-se dos territórios de oportunidades.

Contudo, muitas vezes há uma grande dificuldade de as pessoas contemplarem o entorno em que se vive enquanto espaço educador. Propositamente ou não, o olhar dos cidadãos não percebe os potenciais históricos, culturais, naturais e educativos que há em cada rua, praça, igreja, monumento, escola, e etc., ou até mesmo um olhar que vise modificar os espaços deseducadores do município. E, muitas vezes, por falta de incentivos para essa percepção, as potencialidades dos bens que podem existir naquele ambiente são desconsideradas. Milton Santos (2000, p.61) expõe que, “quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”.

Existem conhecimentos que são particularmente intrínsecos ao local de que se faz parte, esses geram habilidades, atitudes e valores que são exclusivos à comunidade pertencente. Por essa ótica é notável que, ao conhecer de fato o lugar em que se vive, um significado é dado a esse espaço, provocando uma ampliação de saberes, que com efeito aumenta o sentimento de pertencimento local e identidade e, por conseguinte, o interesse pela valorização e preservação da sua cultura, bem como também estimula o desenvolvimento de ações com objetivos coletivos, favorecendo também o crescimento da participação nas decisões públicas. Neste viés, Gadotti (2009, p.46) comenta que “A cidade é o **espaço da cultura e da educação**. Existem muitas energias sociais transformadoras que ainda estão adormecidas por falta de um olhar educativo sobre a cidade”. (Grifo do autor).

Desse modo, como universo investigativo é apresentada a concepção de cidade na qualidade de território educativo, corroborando com o entendimento de que não apenas a escola é o lugar pedagógico, mas os equipamentos culturais e os patrimônios são espaços - oportunidades de aprendizagens para a comunidade e, por conseguinte, seus visitantes. Diante disso, o foco do “olhar” para a cidade não fica limitado aos problemas que a afetam como, por exemplo, o aumento da violência, perigo das ruas, ausência de oportunidades profissionais e a falta de políticas públicas eficientes, pois a maneira em que se aprende com a cidade e na cidade, esses problemas se minimizam através de um redesenho além do óbvio em que se respeita conscientemente a cidade em virtude das experiências educativas que são ofertadas.

Essa ideia da cidade como espaço pedagógico neste trabalho se baseia no conceito do movimento denominado Cidades Educadoras, conceito que vem ganhando notoriedade em todo o mundo e define que:

Uma Cidade Educadora é aquela que, para além de suas funções tradicionais, reconhece, promove e exerce um papel educador na vida dos sujeitos, assumindo como desafio permanente a formação integral de seus habitantes. Na Cidade Educadora, as diferentes políticas, espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, capazes de apoiar o desenvolvimento de todo potencial humano. (Carta das Cidades Educadoras, 2004)

Nesta concepção, a educação norteia a cidade, nisso a gestão intencionalmente analisa as políticas públicas dentro de um viés educativo, contemplando aspectos como o planejamento urbano, a participação, o processo decisório, a ocupação dos espaços e os equipamentos públicos, o meio ambiente, as ofertas culturais, recreativas e tecnológicas.

Tendo em vista tais observações, considera-se imprescindível ressaltar a relevância da Administração Pública para o êxito deste plano. Compreende-se que cabe à gestão municipal conhecer e apropriar-se das potencialidades existentes no seu território com o objetivo de promover uma gestão participativa, com ações em parceria com Terceiro Setor e comunidade, com a intenção de implementarem programas e projetos eficientes e eficazes que impactem e explorem os recursos que podem contribuir para o desenvolvimento da educação no município. Portanto, intencionado a contribuir com a Gestão Pública Municipal, reconhecendo a importância da integração do Poder público e Sociedade Civil, este trabalho buscou identificar, analisar e responder: **Quais as potencialidades educativas de Cachoeira que a qualificariam como Cidade Educadora?**

Em conformidade com o entendimento da cidade enquanto espaço pedagógico, para este trabalho foi escolhido o município de Cachoeira-BA. Este, situado no Recôncavo Baiano, detém o título de “Cidade Monumento Nacional”, concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) devido à preservação da sua arquitetura colonial com prédios no estilo barroco, e o status de “Cidade Heroica”, pela sua participação decisiva nas lutas pela Independência do Brasil. Além de ser um importante roteiro turístico nacional e

internacional em razão do seu sincretismo religioso, monumentos, gastronomia, festas populares e cultura, dentre outros.

Dentro destas particularidades é dado um destaque ao patrimônio material e imaterial de Cachoeira, contemplando principalmente seus equipamentos educativos e culturais singulares para o aproveitamento educativo.

Reconhece-se que a gestão da educação não se limita apenas ao Estado, mas pode ser otimizada com a colaboração de instituições privadas e organizações não governamentais e comunidade. Assim, na busca por equipamentos educativos, foram identificados aqueles equipamentos formais e não formais existentes na sede do município, a partir de contribuições da Administração Pública e do Terceiro Setor para a melhoria e concretização de programas e projetos educativos no município.

Assim sendo, este trabalho é organizado em oito capítulos, incluindo essa introdução. Sequentemente, no segundo capítulo: A cidade entendida enquanto pedagogia é comentado a respeito de como a cidade pode ser educativa, além de abordar a relevância da educação destacando as tipologias educação formal, informal e não formal. No terceiro capítulo, é dado um enfoque ao papel da Gestão Pública Municipal na exploração dos recursos educativos da cidade. Já no quarto capítulo desenvolve-se o conceito de Cidades Educadoras e no quinto é apresentado o contexto histórico do Município de Cachoeira. Logo após é apresentado o método da pesquisa e no sétimo capítulo são reveladas quais as potencialidades educativas que existem em Cachoeira-BA, apontando seus equipamentos educativos e culturais e algumas características singulares do município, levando à conclusão da pesquisa no oitavo capítulo, com as considerações finais.

II. A CIDADE ENTENDIDA ENQUANTO PEDAGOGIA.

Neste capítulo se iniciam de fato as considerações teóricas que embasam essa pesquisa, este diálogo preambular está organizado a partir de questionamentos, entendidos por essa autora como perguntas-chave para o desenvolvimento deste trabalho. No entanto, não se deseja aqui responder tais questões, mas apresentar considerações relevantes para que o leitor, a partir dessa, construa mais concepções que favoreçam e enriqueçam esse diálogo.

Assim, é esperado que essa comunicação aconteça de maneira leve, prazerosa e também reflexiva. Visto que essa pesquisa não compendia apenas a um pré-requisito para obtenção de grau, mas traz impregnado em suas linhas uma construção de experiências e aprendizagens que impulsionam a pretensão por objetivos ainda maiores, configurando este estimado estudo como base para outros trabalhos.

Isto posto será abordado a seguir o entendimento de cidade vista como fonte para o campo pedagógico.

A cidade, qual o seu conteúdo programático?

Segundo o dicionário Houaiss (2009), o termo cidade significa “aglomeração humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo”. Entendendo que conceito não é algo estático, mas que evolui, neste estudo se objetiva analisar cidade além da estrutura física, do número de habitantes ou PIB; se busca destacar o termo cidade enquanto território de vivência, experiência, troca e relações. Para corroborar com essa ótica é apresentado o conceito de território segundo Milton Santos, que contribui nesta construção ao afirmar que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2000, p. 14)

Desde sua origem, a cidade se configura enquanto lugar de acontecimentos, o palco das atividades humanas, intimamente vinculada ao cotidiano de seus habitantes que influenciam e são influenciados por ela em diferentes áreas. Dessa forma, o seu movimento, suas regras e seu

fluxo se personalizam. A cidade dá ideia do lugar de vivência. Ela está conexas à vida dos habitantes e a história do lugar. É onde famílias residem, pessoas se relacionam, aprendem ou não a respeitar as diferenças, buscam por crescimento profissional e, a partir disso, as principais características individuais e coletivas vão se destacando. Paulo Freire (2001, p. 14) reflete que

A Cidade somos nós também, nossa cultura, que, gestando-se nela, no corpo de suas tradições, nos faz e nos refaz. Perfilamos a Cidade e por ela somos perfilados”.

Não vamos aqui traçar uma linha do tempo acerca do surgimento das cidades até a contemporaneidade, pois esse histórico se distancia dos objetivos deste estudo. Entretanto, é preciso ressaltar que, desde sua origem ela apresenta uma dimensão educativa. O termo cidade está ligado à questão da civilidade, ao direito de participar politicamente das decisões coletivas. Historicamente, esse privilégio foi cedido primeiramente ao homem com poder econômico chamado de **cidadão**. No Brasil, a condição de cidadão se deu de forma lenta e algumas vezes foi usurpada, como, por exemplo, no período da Ditadura Militar. Esse processo, que foi e está sendo conquistado, permite hoje que homens, mulheres e crianças, independente de classe social, exerçam a **cidadania**, garantindo a tais direitos civis, políticos e sociais.

As cidades se concentram e organizam em prol das atividades comerciais, ou seja, são voltadas ao sistema econômico capitalista, sendo reorganizadas e inseridas no processo de globalização. “Neste sentido, paradoxalmente, as cidades se transformam em espaços produtores de extremas desigualdades, no que diz respeito ao uso e apropriação do espaço e das condições à vida que ela proporciona”. (SANTOS, 2009, p. 14). Assim é notável que poucos cidadãos tem o privilégio de usufruir de certos espaços da cidade, principalmente naqueles voltados à participação, lazer e cultura. Outro entrave a ser considerado é que, no capitalismo, a prioridade é a informação e, assim, muitas vezes, o conhecimento é dado lugar à transmissão de técnicas que são voltadas para fortalecer o mercado de trabalho. (SANTOS, 2017, p. 26).

Contraditando esse enfoque, Santos (2009, p.49) argui que “a cidade educa, forma valores, comportamentos, informa conforme sua espacialidade, seus sinais, imagens, escrita, sendo também um conteúdo a ser aprendido por seus habitantes. ”

As cidades são espaços que oferecem diversas possibilidades. É o nosso lugar próximo, onde a vida acontece. É materialidade através da composição que imprime o modo de vida do cidadão (tanto do passado quanto os atuais) e também é sociabilidade. É um espaço de saberes contínuos, que permite contatos e trocas. “É um lugar de oportunidades, de iniciativas,

incluindo também a liberdade, a individualidade e a coletividade. É um lugar de privacidade, mas também de participação política. (RODRIGUES, 2008 p. 53).

Assim sendo Gadotti (2005, p. 8) alude que “Precisamos de uma pedagogia da cidade para nos ensinar a olhar, a descobrir a cidade, para poder aprender com ela, dela, aprender a conviver com ela”. Pois é no espaço em que vive que o cidadão educa-se cotidianamente através dos seus espaços, paisagens, valores e cultura e todos esses aspectos possuem um potencial educativo relevante, com uma pluralidade de aprendizagens sociais que proporcionam efeitos à gestão da cidade.

Na visão da cidade enquanto pedagogia, os elementos materiais e imateriais que compõem a cidade apresentam como potenciais educativos que podem ser usufruídos por seus cidadãos. “Educar pela cidade representa palco de estudos de diferentes áreas, os quais caminham na busca pela valorização do caráter educativo da cidade a partir da exploração educativa de seus recursos”. (SANTOS, 2017, p. 28). Dessa maneira a cidade pode ser explorada e utilizada como recursos de aprendizagens para todas as gerações.

Por isso é que é importante afirmar que não basta reconhecer que a Cidade é educativa, independentemente de nosso querer ou de nosso desejo. A Cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. (FREIRE, 2001, p.13)

Essa concepção da cidade vista com potencial pedagógico visa não apenas formar um futuro profissional, mas também formar cidadãos para lidar com as diferenças, que saibam lutar por seus direitos, conhecer a sua identidade e cultura e, além disso, compreender e transformar o espaço em que vivem. Isto aproxima-se à fala de Dowbor (2006, p. 2) quando diz que “A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la”.

A cidade existe para gerar cidadão de direito e de fato um cenário de acontecimentos urbanos e educativos diversos é uma fonte geradora de formação e socialização. Este ensino não visa ignorar elementos negativos como poluição, desemprego, insegurança, marginalização, falta de mobilidade escolas e hospitais, trabalho infantil, mas observá-los como questões a serem superadas. Como afirma RODRIGUES (2008, p. 51):

Aprender com a cidade é também aprender a lê-la criticamente e ter conhecimento de suas deficiências, suas funcionalidades, suas desigualdades e os propósitos dos gestores. É essencial ter uma atitude crítica e promover, também, uma atitude participativa, uma vez que a cidade é um objeto possível

de conhecimento externo e de produção de aprendizagens subjetivas nos cidadãos para que com ela, de alguma forma, se implicam.

Pensar o meio urbano nessa perspectiva é reconhecê-lo como um contexto de acontecimentos educativos, é conferir a cidade a função conectora de múltiplas e diversas ações educativas, positivas ou negativas, disseminadas pela maioria de seus espaços. (RODRIGUES, 2008). Através desse panorama se infere que ao fazer da cidade uma pedagogia, a cidade é conhecida, explorada e apropriada, afinal Paulo Freire destaca que “A Cidade somos nós e nós a Cidade”. (2001, p. 12). Por isso, conhecer a realidade social, cultural, política e econômica da cidade em se vive, “é de fundamental importância (...), pois a cidade é seu espaço de uso e de consumo, seu espaço de formação (SANTOS, 2009, p.49) ”.

Como afirma Dietzsh (2006, p. 2 apud Santos 2009, p.34), a cidade se apresenta como lugar que “deveria e deverá ser do cidadão, para muito além do mapa, a cidade tem o sentido de uma rede a permitir o traçado de múltiplos fios que ganham vozes e significações, e é como um texto, a sugerir muitas leituras que a cidade pode oferecer suas imagens e sentidos em dispersão”. O conhecimento do espaço que se vive traz o sentimento de pertencimento, gera mobilização para objetivas intervenções no território local e forma cidadãos com autonomia, consciência crítica e protagonistas de histórias.

Confirmando esse entendimento, DRESCH (2005) contribui que:

[...], é necessário que todos os espaços da cidade se tornem educativos a fim de que se possa (re)construir lugares para o desenvolvimento da cidadania e participação de todos habitantes. É necessário e urgente contarmos com uma educação na diversidade que evite a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura, idade, incapacidade, condições econômicas e outras formas de discriminação. Então, a cidade deve ser projetada para promover a inclusão de todos e não funcionar apenas na lógica do mercado. A exclusão social, a violência, a fragmentação territorial, o desemprego, a poluição, a solidão e o individualismo estão, progressivamente, se apoderando da cidade, contrariando-se cada vez mais a ideia de polis, a qual pede uma educação onde todos sejam envolvidos (DRESCH,2005, p.53)

A partir de uma construção conceitual que amplia a concepção de educação e associa a dimensão educadora da cidade que detém estruturas urbanas específicas nos quais também é possível aprender e ensinar. Esses recursos educativos contemplam os do âmbito escolar (da rede educacional formal), do âmbito não escolar como bibliotecas, praças, associações, teatros, além dos os serviços públicos e alguns privados oferecidos a população. Essa gama de recursos

precisa ser aproveitada e reaproveitada oportunizando aprendizagens emancipatórias aos cidadãos.

Sabendo que o homem tem a capacidade de desenvolver aprendizagens partir de sus vivências e experiências, por essa razão a cidade deve ser um espaço que propicie o aproveitamento de experiências ricas e positivas aos seus habitantes e não habitantes, e assim favorecer esse processo.

O interessante é que cada cidadã, que cada cidadão, possa (re)descobrir os vários espaços e tempos do território onde vive, admirando-o nas suas paisagens, na sua boniteza – como, por exemplo, nas suas riquezas e belezas naturais, a cultura local, as praças da cidade, a transparência das águas dos rios, o respeito e o cuidado com as crianças e com as pessoas idosas etc. (ANTUNES, 2010, p.34)

Jaume Trilla Bernet (1990, p. 16 apud Singer, 2015, p. 16) considera que:

A cidade, em uma perspectiva educativa, pode ser considerada a partir de três dimensões distintas, mas complementares. Em primeiro lugar como entorno, contexto ou contida de instituições e acontecimentos educativos: 'educar-se ou aprender na cidade' seria o lema que descreve esta dimensão. Em segundo lugar, a cidade é também um agente, um veículo, um instrumento, um emissor de educação (aprender da cidade). E em terceiro lugar, a cidade constitui em si mesma um objeto de conhecimento, um objetivo ou conteúdo de aprendizagem: aprender a cidade.

Assim a cidade é um espaço pedagógico que pode proporcionar aprendizagens de diversos temas a serem ser lecionados com inúmeras estratégias do seu conteúdo programático com o objetivo geral da promoção da cidadania e objetivos específicos de participação, coletividade e democracia através da utilização de seus recursos e equipamentos, proporcionando uma educação de formação continua e continuada adequadas à realidade social, transformando o município em um livro aberto em que em seus elementos estruturais, suas comunidades, seus bairros, seus monumentos, sua história, seus habitantes e as suas singularidades podem ser lidas, sublinhadas, escritas e reescritas construindo temas, textos e atividades a serem avaliados, tanto quantitativamente quanto qualitativamente.

Seguindo esse arcabouço é notável que o termo educação aparece explicitamente nesse cenário. Portanto se faz necessário um maior enfoque do conceito de educação, em vista de compreender os elementos que se relacionam comtemplando a intenção a que se propõe este estudo.

Educação e educações, quais os seus objetivos específicos?

Educação vai além do saber ler ou escrever, ter um diploma ou títulos. Nunca se deixa de aprender, de se educar ou de ensinar, isto é um processo contínuo que envolve a inserção de diferentes saberes que perpassam todas as fases da vida e possibilitam desvendar um universo de conhecimentos. Para além de conceitos e termos, e no papel de profissional e pesquisadora, a educação é um campo que me move desde a infância e sua prática proporcionou experiências significativas e transformadoras que me motivam no desenvolvimento desse trabalho.

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) reza no seu art. 205 que **“a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”** (grifo nosso). Amparada a essa referência se encontra a diretriz dos objetivos que dirigem as concepções dispostas nesse estudo, visto que apresenta diretamente todos os aspectos inseridos neste tema.

O campo educativo é amplo, desafiador e muitas vezes aparentemente utópico. Almeida (2014, p. 10) aborda que “A educação tem função adaptadora, no processo de formação do sujeito ao longo das etapas de sua vida por estar ligada à “produção e reprodução” da vida social. Permite que os conhecimentos, experiências e modos de ação adquiridos sejam passados para as gerações futuras”. Nisto é perceptível que a educação acontece no contexto do sujeito, permitindo o empoderamento para desejadas modificações do ambiente que se vive.

Educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano. A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal. (LIBÂNEO, 2001, p. 6)

Tanto para o Estado quanto para a sociedade a educação é um tema considerado elementar. Entendendo educação enquanto direito fundamental que assegura ao sujeito outros direitos, já que capacita indivíduos para o exercício de uma cidadania ativa e participativa, faz-se vital a implementação de planos, programas e ações que tornem a educação mais igualitária, democrática e inclusiva.

O processo educacional está em constante transformação, pois este é influenciado pela sociedade que cada vez mais apresenta novas demandas ocasionadas pelo advento da globalização. A efetivação dessa idealização está inserida intrinsecamente no espaço da cidade

no qual amplia o conceito de educação e diversifica a ação das atividades pedagógicas na sociedade. Nisso é possível encontrar a educação em diversos lugares e formatos, instruída por educadores licenciados ou não.

Para tanto é considerado fundamental aludir a respeito das diferentes modalidades de ensino, visto que compreender essas definições contribuem para que as ações que desejam o enfrentamento de desigualdades e o fortalecimento da cidadania alcancem resultados significativos. Neste sentido Libâneo (2010, p.32) conclui que:

A educação associa-se, pois, a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores etc.(...). É esta ideia-força que explica as várias educações, suas modalidades e instituições, entre elas a educação escolar. Também daí decorrem as várias projeções do educativo em projetos nacionais, regionais, locais, que expressam intenções e ações logo materializados nos currículos.

Assim serão apresentadas a seguir as tipologias da educação que são classificadas com as terminologias de: **Educação formal, Educação informal e Educação não-formal**. Elencadas neste estudo com o intuito de ressaltar a relevância de seus principais aspectos, isto posto dentro das análises de conceitos que se objetivam em facilitar a compreensão da realidade desse processo, todavia não se busca caracterizá-las para serem vistas de maneira comparativa ou compartimentada.

A educação formal

A educação formal é garantida em lei e regulamentada pelas Diretrizes Nacionais, acontece em um estabelecimento de ensino por meio dos professores ou profissionais da educação e possui elevado grau de intencionalidade. O processo de ensino-aprendizagem é sistematizado por meio de um currículo pré-definido e procedimentos específicos a serem trabalhados didaticamente. Bruno (2014, p. 13) comenta:

Desta forma, a educação formal requer tempos e locais específicos, pessoal especializado, organização, sistematização sequencial das atividades, disciplina, regulamentos e leis, órgãos superiores; tem um carácter metódico e organiza-se por idades/níveis de conhecimento. O resultado esperado é a aprendizagem efetiva, certificação e atribuição de diplomas que capacitam os indivíduos a seguir para níveis e graus mais avançados.

No Brasil todas as pessoas, independentemente de cor, crença ou classe social, tem direito ao acesso à Educação Básica e, como resultado, ao ambiente escolar. Uma outorga muito significativa, pois é sabido que a escola possui grande influência e importância na formação de cidadãos críticos e conscientes. Contudo, o direito a uma matrícula em uma instituição de ensino

não é garantia do cumprimento deste direito, haja vista quando se considera a qualidade da educação.

A educação formal relaciona-se intimamente à escola, espaço constituído por profissionais que são responsáveis por ensinar e avaliar a aprendizagem. Entretanto, hoje é apresentada uma metodologia mais sensível no ambiente escolar que contradita a Pedagogia Tradicional, na qual o professor é detentor do saber e o aluno um mero receptor de conteúdo. A esse respeito, teoricamente as abordagens de ensino-aprendizagem vem se adaptando às transformações dadas pelos efeitos da globalização e demandas contemporâneas, que cada vez mais exigem especialização profissional e a inserção de tecnologias nos ambientes educacionais, criando e recriando assim uma nova dinâmica na aprendizagem e abrindo a visão a saberes extramuros da escola.

O aprendizado "instrucionista" contido nos métodos tradicionais das escolas, ou nas estruturas mais antigas das chamadas educação por correspondência (baseada no exercício de manuais escritos) ou nas orientações da educação permanente (que preconizava a adição de conteúdos extraescolares para completar o que não se aprendia nas escolas), tem sofrido uma crítica demolidora. O debate atual sobre a aprendizagem situa-se num plano de horizontes e perspectivas, envolvendo, necessariamente, a questão da educação, da cultura e formação dos indivíduos (e não apenas preparação), das redes de compartilhamento e como se dá o próprio processo de conhecimento. (GOHN, 2014, p. 38)

Embasada nesta concepção, ainda que sutilmente, algumas escolas têm buscado valorizar aspectos como a cultura e a diversidade da comunidade produzindo a articulação destas através de programas, projetos e ações, reconhecendo que a instituição não deve estar indiferente às modificações que vem ocorrendo na sociedade, mas se fundamentar na concepção de uma educação para cidadania.

Articular a educação com a formação dos sujeitos como cidadão, ou ainda, articular a escola com a comunidade educativa é uma demanda da sociedade atual. Neste sentido, a sociedade contemporânea necessita que seus cidadãos dominem os conhecimentos científicos e tecnológicos. Por isso, há uma necessidade urgente em envolver os diferentes modelos de ensino na formação do indivíduo. (ALMEIDA, 2014, p.16)

Esta compreensão de educação para a promoção da cidadania não deve ser implantada para camuflar o tradicionalismo, com um discurso de ensinar morais cívicos. Ela se impõe em proporcionar ao estudante conhecer verdadeiramente os aspectos que constroem o seu contexto e o incentive a engajar na melhoria deste. E assim aprender por exemplo a que se destina os recursos públicos municipais, quais as empresas que interferem no meio ambiente local, como estão os indicadores municipais, quais os equipamentos públicos existentes e como preservá-

los, enfim conhecer os déficits e potencialidades da cidade. A esse respeito Dowbor (2006, p.1) esclarece que:

Não basta ter estudado quem foi D. João VI, se não conhecemos a origem ou as tradições culturais que constituíram a nossa cidade, os seus potenciais econômicos, os desafios ambientais, o acerto ou irracionalidade da sua organização territorial, os seus desequilíbrios sociais. Pessoas desinformadas não participam, e sem participação não há desenvolvimento. O envolvimento mais construtivo do cidadão se dá no nível da sua própria cidade e dos seus entornos, na região onde cresceu, ao articular-se com pessoas que conhece diretamente e instituições concretas que fazem parte do seu cotidiano. [...]

Assim, a escola como parte relevante desse papel precisa comprometer-se com a valorização dos recursos locais, inserindo outros atores sociais no ambiente educacional, trabalhando a diversidade cultural, estabelecendo uma via de mão dupla com a comunidade, extrapolando os limites de seus muros e, nesse diálogo, construir um currículo que ouve e respeita as diferenças que compõem a cidade. Esse é um grande desafio a ser posto em prática, o qual coloca a escola não como transmissora de conhecimento e sim como articuladora da produção dos saberes. Essa articulação contribui para a ampliação do seu papel e para construção de novos sentidos para uma escola “científica e transformadora”.

Dowbor (2006 p.2) ainda enfatiza que:

Uma nova visão está entrando rapidamente no universo da educação, de que os alunos, além do currículo tradicional, devem conhecer e compreender a realidade onde vivem e onde serão chamados a participar como cidadãos e como profissionais. O desenvolvimento moderno necessita cada vez mais de pessoas informadas sobre a realidade onde vivem e trabalham. [...] Ao estudarem de forma científica e organizada a realidade que conhecem por vivência mas de forma fragmentada, as crianças tendem a assimilar melhor os próprios conceitos científicos, pois é a realidade delas que passa a adquirir sentido.

Na educação formal encontramos diferentes sujeitos inseridos no ambiente escolar como por exemplo: educadores, gestores, coordenador pedagógico, pais, alunos, serventes, assistente social além de pessoas que trabalham indiretamente como o motorista escolar, vizinhos da escola, pessoas que fazem parte de movimentos sociais, empresários. Por isso a escola é uma “amostra” da sociedade e nesse sentido a fomentação de uma educação cidadã não interfere apenas na instituição onde se aplica, mas essa ação educadora sobressai à cidade.

Gadotti (2005) comenta que é necessário agregar escolas e sociedades e para isso é preciso construir uma proposta de educação que integre ao currículo escolar a sustentabilidade ambiental, os direitos humanos, o respeito e a valorização das diferenças. Essa visão não

despreza os conteúdos curriculares, mas associa o científico a dados locais, ampliando o papel social da escola

Nesta compreensão, é preciso que as políticas educacionais garantam a permanência e, mais que isso, uma educação de qualidade, para que se alcancem os objetivos educacionais previstos. Entretanto, é verificável que, muitas vezes, os Planos Políticos Pedagógicos dos governos se concentram em programas engessados no mesmo modelo de sempre, que padroniza a escola, não contemplando as especificidades e especialidades, consentindo assim com a defasagem da educação no Brasil. Em vista disso:

Os currículos escolares devem expressar a realidade da cidadania que é a realidade local, a cultura e os saberes produzidos pelas comunidades. O município precisa estar refletido nos currículos: o meio ambiente, a cultura, a história da cidade... seus teatros, igrejas, suas ruas... os espaços do exercício dos direitos de cidadania, espaços de lazer, de troca de experiência, de mobilização, suas praças, seu povo. A cidade e o município precisam invadir a escola, os currículos, as salas de aula, o ensino de todas as disciplinas. A escola precisa desenvolver uma “cultura cidadã”, como o conjunto de costumes e regras de convivência urbana e de todos os espaços e territórios da municipalidade, compartilhada pela cidadania e que gera um sentimento de pertencimento à cidade. (GADOTTI, 2009, p. 113)

É, portanto, fundamental prezar paralelamente o crescimento de didáticas que inovem o processo de ensino-aprendizagem e ampliação de ações educativas para mais além de índices de desempenho dos discentes, colaborando na construção do conhecimento como um processo coletivo e promovendo conseqüentemente avanços na qualidade da educação. Como afirma GADOTTI, (2010, p.138) “Em vez de policiais na escola, é preciso colocar o povo na escola. A escola tem um potencial de mobilização social que não foi ainda suficientemente utilizado por ela”.

Educação informal

A educação informal é uma modalidade educativa que não possui intencionalidade, não é institucionalizada, nem mensurada e também não tem delimitação de espaço. Poucos artigos trazem pesquisas amplas e resultados sobre esse âmbito. Ao observar essas características iniciais parece demonstrado que essa modalidade não apresenta grandes impactos e efeitos ao indivíduo. No entanto, é possível reconhecer a ideia que saberes, competências e habilidades resultam desse processo de formação. Bruno (2014, p. 16) define que:

A educação informal afirma-se pelo potencial educativo das situações pouco ou nada estruturadas do ponto de vista educativo e que acontecem na vida cotidiana, em contextos que não têm como propósito principal a educação.

O termo tem sido usado para definir o que a maioria das pessoas hoje chama de aprendizagem informal, no entanto ao olharmos para a educação como um conjunto de experiências planejadas, organizadas e orientadas para uma ação educativa sistemática, torna-se claro que aprendizagem informal não é o mesmo que a educação informal.

Embora a educação informal não apresente claramente um formato intencional e estrutural de ensino, se constata que desde os primórdios das civilizações esse processo ocorre, partindo da compreensão que na vida cotidiana são necessários ao sujeito saberes que ultrapassam os conhecimentos formais mesmo que se tenha elevado grau de escolarização.

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com o seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas (Libâneo, 2010, p. 31).

Gaspar (2005, p.173) afirma “Há muito mais a aprender e desde muito cedo: a língua materna, tarefas domésticas, normas de comportamento, rezar, caçar, pescar, cantar e dançar – sobreviver, enfim. E, para tanto, sempre existiu, também desde muito cedo, uma educação informal, a escola da vida, de mil milênios de existência”. Entende-se que a educação informal está associada a conhecimentos do senso comum, provenientes de uma interação sociocultural no qual os resultados sobretudo experimentados. Gohn (2006, p.29) destaca que:

A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento Trata-se do processo de socialização dos indivíduos.

Para tanto os espaços nos quais transcorrem os atos educativos da educação informal são “demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia etc. A casa onde se mora, a rua, o bairro, o condomínio, o clube que se frequenta, a igreja ou o local de culto a que se vincula sua crença religiosa, o local onde se nasceu, etc.” (GOHN, 2006, p.29). Assim as aprendizagens se desenvolvem a partir da convivência, de modo espontâneo. Bruno (2014, p. 14) ainda acrescenta que:

A educação informal está associada ao processo de socialização dos indivíduos, e, neste sentido, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar segundo valores e crenças do grupo a que se pertence ou se frequenta. A educação informal é um processo permanente e não organizado: os conhecimentos não são sistematizados, são transmitidos a partir da prática e da experiência anteriores, e atua no campo das emoções e sentimentos.

A formação do saber nesse âmbito é dada por agentes da rede familiar, de amigos, vizinhos, colegas de trabalho ou da escola e até mesmo através dos meios de comunicação, coberta pelos valores e atitudes intrínsecos a estes e por meio do compartilhamento de conhecimentos que dependem exclusivamente de quem sabe e quem deseja saber (mesmo que de modo inconsciente), já que não há hora, lugar e currículo pré-definidos.

Assim, quanto mais satisfatoriamente se dá a vivência sociocultural, mais capacidades o sujeito poderá adquirir. Por isso a educação informal deve ser incentivada e sempre incrementada a fim de contribuir com o enriquecimento dos saberes cognitivos que estão dispostos nas experiências diárias ao longo da vida. E esse enriquecimento favorece a aprendizagem dos diversos conceitos, já que esta influencia o sujeito no seu meio de vida e, por conseguinte, interfere no resultado dos demais tipos de educação. Reconhece-se desse modo a igual relevância da educação informal perante as demais modalidades da educação.

A Educação não-formal

A educação não-formal é uma modalidade não organizada por níveis, idades ou conteúdo. Ela independe do lugar, ou seja, é flexível quanto ao espaço (pode ocorrer em espaços não convencionais), no entanto possui um determinado grau de intencionalidade e sistematização.

Para Gohn (2014), a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, nas experiências compartilhadas de modo coletivo. Antes a educação não-formal era vista na literatura apenas como o oposto da educação formal, por não envolver obrigatoriedade legal e representar o que não era aprendido na escola. Entretanto, a sua concepção se baseia em uma dimensão maior, volta-se à formação da cidadania concebida em experiências de ações coletivas que são desenvolvidas principalmente em espaços de participação da sociedade civil, buscando, a partir de uma leitura do mundo (principalmente do contexto que vive o indivíduo), a troca de saberes e uma educação participativa e emancipatória.

A educação não formal abrange áreas importantes sendo que: a primeira, diz respeito à aprendizagem política dos direitos do indivíduo enquanto cidadão; a segunda está relacionada ao trabalho e a capacitação deste indivíduo por meio da aprendizagem para que ele possa desenvolver seu potencial e habilidades; a terceira área, onde e como o indivíduo aprende a se organizar de forma coletiva para o enfrentamento dos problemas coletivos cotidianos; a quarta área, destina-se a escolarização formal do indivíduo em espaços diferenciados; por último, a quinta área, está voltada para a mídia, especialmente a eletrônica de igual importância às demais áreas.(ALMEIDA 2014, p. 6)

Apesar de possuir objetivos de aprendizagem, a educação não-formal não deseja substituir a escola ou ser meio de “passar tempo” no contra turno escolar. Na sua prática, a aprendizagem é multidimensional, de participação voluntária dentro das necessidades e interesses subjetivos do grupo que participa. Esse processo é construído de modo dinâmico e trabalha espontaneamente a cidadania, a coletividade, capacita profissionalmente ou se torna meio para se encontrar uma profissão, aprimora o currículo formal, contribui para o desenvolvimento de novas habilidades e até, muitas vezes, insere a informática e tecnologia de modo eficiente.

Por ser uma ação, geralmente, proveniente da comunidade, essa busca ampliar os espaços nos aspectos da vida cotidiana a fim de fomentar a cidadania através das experiências educativas em diferentes locais, como na escola, espaços de culturas, ONGs, na rua, associações, dentre outros ambientes e formar o indivíduo para o exercício para a cidadania, seja ele branco ou preto, rico ou pobre, nativo ou estrangeiro, independente de sexo, religião ou idade. Afinal, GOHN (2014, p. 41) comenta que:

As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das ONGs nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, educação e cultura. [...] E as práticas não-formais desenvolvem-se também no exercício de participação, nas formas colegiadas e conselhos gestores institucionalizados de representantes da sociedade civil.

Ressaltamos aqui que algumas atividades da educação não-formal voltam-se para o desenvolvimento de projetos que alcançam principalmente crianças e jovens, contudo destacamos que é preciso enxergá-la além de uma visão assistencialista de tirar as crianças da rua ou meramente complementação do tempo. É preciso valorizar e investir nesse tipo de educação, tornando-a diretriz estruturante, pois esta possui uma janela de oportunidades educativas que estão associadas ao contexto do sujeito (foco desse tipo de educação).

Desse modo, promover a cidadania pode se tornar mais “barato” ao governo do que o custo em investimento em combate à violência, drogas e construção de presídios. Pois, quando há o exercício da cidadania se consegue inovar a educação, reverter a exclusão, garantir oportunidades e, principalmente, através da informação, tornar a população ciente dos seus direitos e deveres. Gohn (2006, p.37) menciona que “Não basta um programa, um plano, ou mais um conselho. É preciso reconhecer a existência e a importância da educação não-formal no processo de construção de uma sociedade sem injustiças, democrática”. Com isso entende-

se que a educação não formal visa à transformação da realidade social, sendo, portanto, uma agenda que contempla valores coletivos, a participação, e a mobilização.

Assim, apresentadas a diversidade e especialidades dos processos educativos, é evidenciada que a educação, quando efetivada, não pode ser limitada, ela rompe as fronteiras do que é ensinado na escola, em casa ou um grupo social em que se participa, entendendo que:

A educação formal pressupõe ambientes normatizados, com regras e padrões comportamentais definidos previamente. A não-formal ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. A informal opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados (GOHN, 2006, p.29)

Dadas estas análises, é exposto que “o termo educação envolve um leque amplo de experiências educativas, informativas e formativas que não se resume à experiência escolar, formal” (FERNANDES, p.61). Neste sentido é apreciada, portanto, uma concepção de educação em que os projetos desenvolvidos alcancem todas essas modalidades educativas a fim de que essas experiências se complementem e potencializem gerando formas de educações como a educação social, educação patrimonial, educação ambiental, educação de trânsito, etc.

Para tanto é indispensável que os gestores das políticas públicas se comprometam de fato com uma **educação para todos**, que agregue as políticas sociais e articule o formal com o não formal com “uma ação pedagógica múltipla na sociedade, em que o pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal, criando formas de educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade”. (LIBÂNIO, 2001, p.5).

Essas abordagens de educação reforçam a concepção de uma cidadania plena através da integração dessas tipologias, destacando a proposta desse estudo, que enfatiza a cidade como cenário dotado de recursos e equipamentos para a percepção desses fenômenos que se interligam.

Destarte, entende-se que “[...]Aprender a ler a cidade, descobrir as relações que nela aparecem, é muito importante para a qualificação deste espaço urbano e, conseqüentemente para potencializar a qualidade de vida dos sujeitos” (RODRIGUES, 2008 p. 53). Tais pressupostos dão suporte aos objetivos desse trabalho e corroboram com a escolha do município de Cachoeira-BA enquanto objeto de pesquisa. Entretanto, para que este conceito se

efetive de modo ampliado, é necessária a intencionalidade da Gestão Pública Municipal para imprimir esforços que articulem esses recursos, por isso abordaremos esse tema seguidamente.

III. A NOVA ARQUITETURA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

A Constituição Federal do Brasil, em seu conjunto de leis e normas, declara as atribuições e limitações do Estado, bem como determina os direitos e deveres do cidadão. Nos princípios que a regem está propugnado uma gestão pública democrática e partilhada. Deste modo a administração pública vem se reformulando na busca por uma gestão social que analisa as políticas públicas em uma perspectiva multidimensional com a complementaridade de pessoas e instituições que compõem o território.

A Gestão Social funda-se na concepção de um Estado Social de Direito e, portanto, comprometido com a cidadania de todos os cidadãos de uma nação. Ancora-se em princípios constitucionais que dão forma e conteúdo às políticas, programas e aos serviços públicos. Reconhece no Estado a autoridade reguladora das ações públicas. Usualmente o termo Gestão Social pública é aplicado tanto à Gestão Social de iniciativas do Estado quanto aquelas oriundas da sociedade civil, pela via de suas organizações e movimentos sociais com caráter público não estatal. (CARVALHO, 2012, p.42)

Na Carta Magna também se apresentam as diretrizes que dizem respeito às competências dos municípios, estes que foram integrados a estrutura da Federação Brasileira e nessa diretiva obtém extrema autonomia.

É no nível municipal que se centraliza a organização, promoção e avaliação de programas que ofertam serviços sociais, educativos e culturais, sendo este o ente da federação no qual se é possível promover o exercício da cidadania a começar pela infância. Nele se encontram próximos os órgãos governamentais, a exemplo da escola, a Unidade Básica de Saúde, o posto policial, os espaços de lazer e cultura, que contribuem para a qualidade de vida dos habitantes. Portanto, é no município que se imputa uma nova arquitetura institucional e organizacional das políticas e programas.

O município é uma construção político-administrativa e histórica, mas também é lugar, espaço vivido, percebido e conhecido. Nesse sentido, reúne eixos importantes para pensar projetos educativos. Como unidade territorial e de gestão, possibilita recursos institucionais e de políticas públicas, e complexas interações com organizações civis. Como espaço socialmente produzido, sobretudo a partir do lugar, permite atuar pedagogicamente na profunda relação que existe entre espaço vivido e educação. O município viabiliza estratégias e programas de gestão, e sugere adotar o espaço experienciado como inspirador de projetos educativos locais e sua articulação com outros locais enquanto entendimento de mundo. (JUNIOR, 2010, p. 81)

Cada vez mais a sociedade atual apresenta problemas sociais complexos e de diferentes âmbitos em que o Estado sozinho não consegue resolver. Assim, novos desenhos de políticas

sociais vêm sendo impulsionados com o objetivo para contemplar a realidade. Desse modo esse novo modelo de gestão pública se configura conforme a imagem abaixo representa:

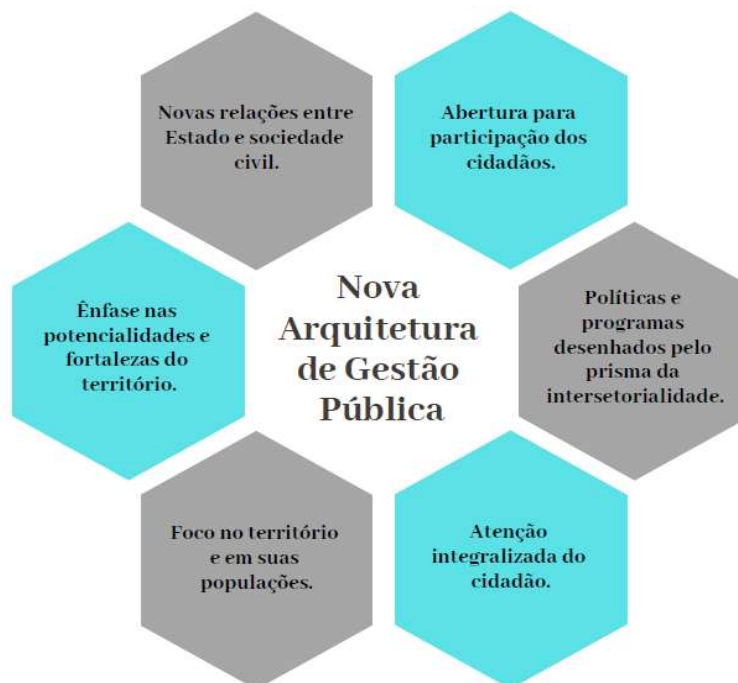


Figura 1: A nova arquitetura em Gestão Pública

Fonte: Carvalho, 2012
Elaboração: própria

Essa nova arquitetura se fundamenta na lógica da cidadania e do território como eixos de um desenvolvimento sustentável, envolvendo redes em ações articuladas em vista da descentralização e com isso alcançar maiores resultados eficazes e eficientes. Nessa lógica de cooperação e responsabilização, diferentes instâncias como associações, empresas, sindicatos, igrejas e as diversas organizações se unificam numa visão de comuns interesses dentro do seu campo de atuação e com suas especificidades, para empregar o melhor aproveitamento dos recursos municipais existentes.

As políticas públicas dependem hoje de soluções democraticamente partilhadas entre Estado e sociedade. A governança e governabilidade social passaram a depender, cada vez mais, da participação dos diversos sujeitos do fazer social: o Estado, a sociedade civil, a comunidade e o próprio público-alvo da ação pública. Na arena pública, estão presentes, interagindo de forma conflituosa ou cooperativa, o Estado, a sociedade civil, movimentos sociais, minorias, terceiro setor, iniciativa privada, mercado, comunidades e cidadãos

que convivem e reagem às intermediações dos partidos políticos. (CARVALHO, 2012, p.49)

Deste modo, cada vez mais vem aparecendo a corresponsabilidade da sociedade civil na administração e, por conseguinte, o crescimento do terceiro setor. O diálogo das competências municipais com a sociedade civil, como também a cooperação público-privada e principalmente a participação dos cidadãos, configuram a concepção de redes. Inserido a essa ótica, JUNQUEIRA (2012, p. 306) delinea que:

A rede é uma metáfora que articula pessoas, organizações e a própria sociedade. Apesar da maioria das pessoas continuar pensando como indivíduos isolados, as redes estão presentes no nosso cotidiano. Assim, é uma contribuição para gerar projetos, articular pessoas, organizações públicas e privadas, para otimizar a gestão das políticas sociais. O mundo visto pela ótica das redes aparece com uma variedade de cenários. Pensar na perspectiva de rede significa guardar as identidades de cada membro, fugindo das relações estereotipadas e fixas entre organizações e pessoas.

Para que de fato se construa essa rede, as intuições devem entender que não deixarão a parte sua missão e objetos, mas estes serão somados a causas que possuem dimensões e categorias semelhantes a fim de que fortalecer a ação coletiva e gerar mais impacto local. Essa articulação em rede contribui com resultados eficazes para com os recursos e fortalecimento de vínculos de pertencimento, transformando o território num laboratório de experiências em todas as gerações se sintam parte.

Nessa rede as medidas ou decisões dos governantes e da administração devem ser entendidas enquanto espaços para conjunção de forças e experiências que leve a promover solidariedade, de maneira que se reverbere a outros municípios regionais, nacionais e até mesmo internacionais.

Nesta expansão de gestão das políticas públicas, o papel dos poderes e das organizações locais é essencial, pois a partir da articulação em rede e do compromisso político entre diferentes parceiros poderá resultar uma sólida eficácia valorização e rentabilização de recursos locais que pode subsidiar o “desenvolvimento sustentável capaz de gerar empregos e renda, revitalizar a esfera pública e promover a maior equidade, de forma duradoura”. (CARVALHO, 2012, p.52). Essa perspectiva de rede desempenha um papel considerável visto que favorece a o desenvolvimento econômico e local do território dadas as intervenções que o conceba enquanto gênese e destinatário das ações.

O poder local enquanto representação política de seus habitantes precisa de um projeto local que agregue participação dos sujeitos sociais que fazem a cidade sendo eles: o governo, a

sociedade civil e a comunidade (dentro deste cada público para qual ação pública se dirige). Por meio da análise de tais colocações percebe-se que se faz relevante e fundamental conhecer e também reconhecer as possíveis potencialidades endógenas, para que assim possam ser implementados projetos locais, dentro de uma estrutura estratégica que contemple os recursos sociais, culturais, econômicos da cidade e possibilite otimizar seus resultados.

Reconhecer que a dinâmica demográfica e socioeconômica imprime diferenças nos municípios brasileiros é o ponto de partida para pensar espaços de intervenção social, capazes de responder a uma ampla gama de necessidades, demandas e potencialidades. Olhar para as condições de vida da população ajuda a entender as condições de vida presentes nos territórios e, sobretudo, auxilia no melhor desenho das estratégias de proteção social em função das especificidades socioterritoriais encontradas (ARREGUI, 2012, p.70)

Neste sentido, Gadotti (2009) afirma que “quando o município está mais próximo da comunidade, existe maior agilidade na resposta às demandas locais, bem como maior eficiência técnica e administrativa do governo da cidade” (p. 56). Deste modo, as metas e objetivos dos projetos propostos e implementados se tornam mais inteligíveis e com maiores possibilidades de êxito, contribuindo assim com o monitoramento e avaliação do plano. O reconhecimento da realidade do município modifica o perfil de uma gestão pública burocrática e vertical que desenvolve ações pontuais de modo assistencial, com intenções eleitoreiras e que muitas vezes depende da “vontade” e poder dos movimentos políticos, por uma gestão participativa, democrática, educadora, promotora de direitos, que articula com diversos atores locais do município na elaboração de um plano de trabalho direcionado políticas públicas afirmativas.

Logo, os conceitos de democracia e descentralização são parte dessa proposta, ao propiciar participação proativa dos cidadãos e o controle social pela sociedade civil. Oportunizam uma integração social e o direito de fala ao indivíduo para questões que dizem respeito à coisa pública, se tornando formador da sua comunidade e reforçando o poder local.

Dentro dessa ótica que interconecta município e instituições, é necessário que os projetos a serem desenvolvidos se deem de modo intersetorial, abandonando a estrutura arcaica de uma administração pública conglomerada de departamentos que não interagem.

[...]. Por intersetorialidade entendemos a articulação do projeto com as várias Secretarias do governo municipal, integrando saberes e experiências de planejamento e de ação de cada setor, visando a um trabalho conjunto na concepção, implementação e na avaliação do projeto. A intersetorialidade tem um efeito sinérgico importante. Os cidadãos precisam ser reconhecidos em sua totalidade e não fragmentadamente. A intersetorialidade é uma lógica de

gestão pública da cidade que busca superar a atomização das políticas sociais. (GADOTTI, 2009, p.101)

Nesse novo arranjo, as barreiras da setorialização são derribadas agregando os aspectos que compõem o fazer das políticas sociais no âmbito territorial garantindo o direito do cidadão e facilitando o fluxo para implementação de decisões e ações de maior impacto para os serviços e projetos no âmbito do microterritório. Neste sentido “a gestão da política pública é chamada a imprimir sistemas abertos de coordenação e conduzir ações articuladas em redes mult institucionais e inter setoriais”(…) (CARVALHO, 2012, p.48).

Nessa concepção, a Gestão Pública se reinventa na maneira de atuar em relação aos direitos e garantias dos seus cidadãos, a prestação de serviços e perante os seus recursos. Exerce um gerenciamento que proporciona o bem-estar social para a população e o compartilhamento de responsabilidade, envolvendo no campo das políticas públicas atores (que muitas vezes não participam desse processo) para formularem e participarem e fiscalizarem ações, programas e/ou projetos públicos. Os programas e projetos devem ser formulados dando oportunidades para o terceiro setor e público beneficiário participarem, modificando o modo tradicional de implementação de políticas. Por esse entendimento, o papel da comunidade ou público-alvo não se limita somente à captação de informações para consulta das demandas, mas sobretudo para a cooperação em todas as etapas do ciclo das políticas públicas, fazendo com que os projetos sejam coletivos e estratégicos.

Posta em prática, essa colocação pessoas e intuições não só contribuem, mas também participam da gestão pública municipal, colaborando com a administração e favorecendo o âmbito do desenvolvimento local. Entretanto, para que de fato o que é colocado na agenda se execute de modo eficiente e eficaz, se faz necessário que se aplique também o princípio da publicidade. A essa abordagem Camargo (2016, p.3) explica:

A comunicação, a transparência, a veiculação de informação de todos os lados é exigência inicial para dar visibilidade tanto ao que se pretende fazer quanto ao que já foi feito, até porque, se não se sabe o que está acontecendo, como podem as pessoas e instituições se associar e defender algum projeto ou programa? A comunicação é essencialmente educativa.

É atribuição da agenda política, a produção de informações confiáveis e sistemáticas que permita a construção dos indicadores sociais do município, para que as redes e sujeitos possam inferir a respeito da dinâmica de demandas e oportunidades municipais e além disso tenha a possibilidade de monitorar e avaliar os resultados de um dado serviço ou programa.

Para que se tenha conhecimento real sobre a cidade, a circulação de informação deve ser abalizada competente, estimulando o foco aos ativos potenciais do território. Para favorecer

esse propósito, as novas tecnologias se apresentam como colaboradora para a apresentação, descentralização e disseminação de informações, e facilitando altamente o acesso e a difusão de conteúdos que permitem a visibilidade das ações, bem como viabilidade de uma esfera pública interconectada.

Por fim, para que a Gestão Social assuma esses desafios é necessário investir nos recursos humanos, seja via configuração de equipes técnicas interdisciplinares, seja, via processo de capacitação continuada que fortaleça o desenvolvimento das capacidades e competências técnicas para leitura de dados do município, construção de indicadores e implantação de sistemas de monitoramento e avaliação das políticas públicas. (ARREGUI, 2012, p.74)

Portanto constata-se que a gestão pública possui grande importância e responsabilidade para a efetivação de políticas e ações públicas que impactam e exploram os recursos, pois no município estão dispostos variados equipamentos socioeducativos e de serviços públicos que possibilitam o desenvolvimento de iniciativas pedagógicas.

Como a Gestão Pública pode contribuir para a efetivação dos potenciais educativos municipais?

Essas premissas sinalizam a ideia que os governos locais devem assumir um compromisso de um modelo organizativo político-administrativo que converta a cidade em um espaço educativo. Essa dimensão curricular do município abrange os espaços da educação informal, não formal e formal que contribuem integralmente para a formação do sujeito enquanto cidadão. E intenciona promover o capital social do município.

Mesmo que se reconheça a relevância da educação, infelizmente o poder público em alguns casos acaba destinando seus recursos a demandas imediatas que não fazem parte de um programa estratégico ou estão orientados por interesses sociais explícitos. Os administradores públicos enquanto atores políticos muitas vezes tomam decisões sem se importar com a responsabilidade de regular e impulsionar transformação local, inclinando-se por interesses midiáticos para dar ao cidadão a sensação de que algo está sendo feito com projetos de curto prazo ou, pior que isso, favorecer esquemas de corrupção.

Lamentavelmente essa compreensão se perpetua com o não conhecimento técnico dos agentes de força, fraqueza, ameaça e oportunidades que afetam o tecido urbano. Nesta perspectiva, os gestores devem diagnosticar os recursos educativos municipais que estão na comunidade, nas instituições, nos serviços, nos monumentos e etc. com a finalidade de fomentá-los e desenvolvê-los, valorizando a cultura local. A respeito disso, Gadotti (2006, p. 139) declara que “precisamos empoderar educacionalmente todos os seus equipamentos culturais. A

cidade é o espaço da cultura e da educação. Existem muitas energias sociais transformadoras que ainda estão adormecidas por falta de um olhar educativo sobre a cidade”.

Ao reconhecer a cidade enquanto importante universo de possibilidades de fenômenos educacionais, é possível superar a percepção superficial e ver ofertas e recursos que podem ser oferecidos através dos elementos que fazem parte dos seus espaços, interagindo dessa forma passado, presente e futuro, visando à construção da consciência histórica coletiva. Cidades que intencionalmente assumem o seu patrimônio e, por meio de um programa, o valorizam e estimulam, fortalecem não apenas o seu capital educativo, mas consequentemente o seu capital social, o capital econômico, o capital cultural e o capital turístico. Com esse entendimento posto em prática, a cidade não é limitada a espaços de violência, de exclusão e trabalho, mas transforma-se sobretudo em centros de oportunidades. Blasis (2006, p.61) ainda destaca:

Desde que acreditem em seu potencial para promover o desenvolvimento e assegurar o direito à qualidade da educação para seus cidadãos, os municípios dispõem de amplo leque de iniciativas educadoras. Assim, precisamos começar a observá-los mais em função das soluções e das propostas que oferecem do que em função de seus problemas.

No entanto, para que esse plano se efetue de forma prática, se faz necessária uma educação que torne ativa a cidadania, formando o cidadão para uma cultura participativa, que pense a gestão pública em prol do direito de todos e (...) “que mobilizem as diferentes forças políticas e sociais e âmbitos das comunidades e da sociedade, visando justamente ao alcance dos objetivos de uma educação popular comunitária, não formal, formal, cidadã e planetária” (ANTUNES, 2010, p.35). Esta reflexão ressalta que:

Precisamos de uma nova educação que forme o cidadão para atuar nos dias de hoje, e transforme culturas políticas arcaicas, arraigadas, em culturas políticas transformadoras e emancipatórias. Isso não se faz apenas em aulas e cursos de formação tradicionais, formulados no gabinete de algum burocrata, e sim a partir da prática da gestão compartilhada escola/comunidade educativa, no exercício das tarefas de que a conjuntura de uma dada escola, numa determinada comunidade territorial, necessita. (GOHN, 2006, p.37)

Com essa tomada de decisão do governo local na conversão de espaços em espaços educadores, através de um planejamento de políticas públicas locais que mobilize estratégias, agentes e recursos visando à garantia do direito do exercício da cidadania e a melhoria das condições de vida dos habitantes pelo uso do próprio território, busca-se pôr em prática uma gestão que fortaleça o município por meio dos seus potenciais com um projeto político que

intencione parcerias com diferentes órgãos com base em princípios como ética, eficiência, democracia.

Assim diversos atores sociais poderão educar(se) na cidade e com a cidade. Pois essa dimensão educativa da cidade deve ser entendida de maneira ampla, indo além da responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e se desenvolver de modo multisetorial, conversando com os programas de saúde, segurança, mobilidade, meio ambiente e cultura, por exemplo, buscando a garantia de um caráter educativo em suas ações como um todo.

Portanto, a Secretaria de educação não pode assumir sozinha a educação. Ela deve contar com todas as demais Secretarias da administração municipal, numa lógica de trabalhar todos os espaços da cidade com potencial educativo, desenvolvendo, assim, projetos e atividades coletivamente e de forma interdisciplinar, concretizando um compromisso ativo com a população e o fortalecimento de uma sociedade democrática aberta às mudanças e à participação. (DRESCH, 2005 p. 51)

Diante disso pode-se sinalizar que, quando a gestão pública municipal se posiciona e coloca em prática essas abordagens e busca superar os desafios e problemas que estão conexos a esta, em resposta às intervenções feitas, poderá auferir e contribuir com um maior quantitativo de diferentes *stakeholders* e públicos-alvo. O município se eleva a uma dinâmica de comprometimento com a educação de seus munícipes e, por conseguinte, visitantes.

Dentro dessa ótica apresentaremos um conceito que se enquadra nessa concepção da cidade vista enquanto campo educacional a fim de contribuir e fundamentar a pergunta chave dessa pesquisa.

IV. COMPREENDENDO O CONCEITO DE CIDADES EDUCADORAS

Falar o termo Cidade Educadora deixa explícito o entendimento que a linha central desse conceito é a educação, mas qual a singularidade e a relevância disso? Afinal, teoricamente, toda cidade que deseja desenvolvimento tem a educação como prioridade nas suas políticas.

Já fora mencionado anteriormente que a cidade por si só educa, mas isso não significa que toda cidade é educadora. Este conceito é bem estruturado visando à intencionalidade da gestão municipal para o seu cumprimento. Cabe aqui frisar que a educação não é apenas um setor no organograma municipal. Como destacamos, não é possível dissociá-la da cultura, da cidadania, da história. As suas diferentes modalidades estão impregnadas nos espaços que compõem a cidade, no cotidiano dos habitantes, e chegam também nas instituições, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor.

Entendido esse viés da educação em todos os seus espaços, este capítulo objetiva apresentar a proposta do conceito das cidades educadoras, abordando as características e princípios deste programa de planejamento e administração pública.

Conceituando Cidades Educadoras.

Cidade Educadora é configurada como um movimento que se propõe a promover o desenvolvimento da cidadania através da participação dos cidadãos, de modo que o planejamento urbano e a gestão sejam norteadas pela educação. Assim são implementados, através de redes, programas e projetos que gerem educação para e nos espaços da cidade.

Cidade Educadora representa um conceito que propõe a educação como foco norteador dos princípios de gestão e planejamento urbano da cidade a partir da intencionalidade da gestão pública municipal. A educação dirige as políticas da cidade e isto acontece imerso no modo de vida da comunidade. Para atingir esse propósito, aspectos como a cultura, o meio ambiente, o trânsito e tecnologia são contemplados para serem educativos, como também os processos decisórios e equipamentos públicos, além dos profissionais da educação e até mesmo os burocratas de linha de frente, dentro das suas atribuições, devem atuar contribuindo nesta concepção.

Este novo paradigma surge como uma nova metodologia para a administração dos núcleos urbanos, que se objetiva na efetivação da educação integral e permanente do sujeito, entendendo a importância do papel da cidade nessa construção.

No Brasil, esse conceito se assemelha às ideias de autores como Anísio Teixeira, com as Escolas-parque, e Darcy Ribeiro, na criação dos CIEPs, que fundaram modelos nos quais a escola pública atua em tempo integral e tem como base o desenvolvimento da cidadania, agregando escola e comunidade. Também se conecta a outros autores importantes como, Paulo Freire, na concepção da Educação Cidadã, e Moacir Gadotti, que apresenta a Escola Cidadã. Essas experiências são referências no Brasil e no mundo e estão em diálogo com o conceito de Cidades Educadoras.

A proposta das cidades educadoras está na idealização de transformar o espaço urbano em uma escola, na busca dos potenciais educativos de estabelecimentos locais como: “centros cívicos, zoológicos, bibliotecas, centros culturais e recreativos, museus, praças, parques, shoppings, monumentos, arquitetura, escolas de samba, movimentos populares e de rua ligados a música, a dança, as artes” (FERNANDES p. 59) no desenvolvimento de ações formativas e de participação.

A Cidade Educadora nos encoraja a indagar, por exemplo, como os profissionais e agentes da saúde, médicos e enfermeiros podem incorporar uma intencionalidade educativa que evite - a partir da transmissão clara e efetiva da informação (...). Como profissionais da comunicação, publicitários, jornalistas, podem usar seus conhecimentos e canais para transmitir informações sobre a cidade e sobre o mundo com qualidade, (...). Como um policial pode assumir uma atitude de orientação e suporte à população, (...). Como os motoristas em geral, de ônibus, táxis e particulares, podem respeitar os pedestres e os usuários, conduzindo com segurança, colaborando com informações e ideias sobre a qualificação das vias, preservando vidas. Como as mães, pais, filhos e avós podem se envolver com ações nas suas comunidades, (...). Como os empresários podem atuar de forma responsável social e ambientalmente, inserindo a dimensão educativa em suas atuações. Como o poder público se compromete de fato com a população, privilegiando uma comunicação efetiva e interlocução clara, em que as pessoas saibam com quem falar e onde obter informações, onde a participação e o ético equilíbrio entre direitos e deveres prevaleçam. (COSTA, 2007, p.2)

A abordagem desenvolvida neste trabalho, chamada Cidades Educadoras, foi proposta por Edgar Faure em 1973 e exibida no relatório da UNESCO *Aprender a ser: a educação do futuro*. Esse relatório propõe “que por meio da democracia, os problemas sociais sejam trabalhados a partir de ações educativas diversas, traçadas por políticas e estratégias que gerem reformas, inovações e buscas de alternativas, as quais respeitem as particularidades nacionais e locais, ao fazer uso principalmente da solidariedade e da cooperação”. (VIEIRA, 2016, p.30). Assim, com foco na necessidade de se criar uma sociedade educativa, partindo do princípio que se aprende a todo tempo e em diferentes modalidades educativas, a cidade de Barcelona (Espanha) implantou esse programa.

Os princípios posteriormente se reverberaram e despertaram o interesse de outros governos locais que, em 1990, se reuniram para 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, em Barcelona. Os representantes dos governos locais presentes no Congresso pactuaram um conjunto de princípios com a finalidade de guiar a administração pública para estimular o desenvolvimento dos seus habitantes por meio da utilização da própria cidade.

Movimento Cidades Educadoras foi organizado na última década do século XX com pressupostos calcados em uma educação que entremeia as modalidades formais (escolares e universitárias), não-formais (de cunho pedagógico, mas sem regras, conteúdos e condutas rígidas) e informais (educação cotidiana, baseada na relação entre os habitantes e suas culturas e normas vigentes). A ideia central era desenvolver um modelo de educação que perdurasse ao longo da vida (*lifelong education*), que fosse de caráter humanista, proporcionado nos espaços urbanos por meio do maior envolvimento possível dos habitantes e instituições nas políticas públicas. (VIEIRA,2016, p.30)

As cidades que aderiram a esse Movimento subscreveram a um compromisso formal de caráter vinculativo denominada Carta das Cidades Educadoras, o documento guia do Movimento. Por meio desta os governos locais são orientados através de 20 princípios que sugerem as estratégias, bem como âmbitos e linhas de atuação a agir (a partir do conceito de educação ao longo da vida) para combater, sob diversas frentes, as desigualdades e exclusões do meio urbano em suas ações, como a social, econômica, educacional, política, cultural, tecnológica, digital, territorial, sanitária e também outras relativas aos direitos civis e serviços básicos. (VIEIRA,2016, p. 34)

A Carta das Cidades Educadoras

A Carta que começou a ser redigida no 1.º Congresso Internacional das Cidades Educadoras em Barcelona no ano de 1990 teve a sua versão final aprovada durante o III Congresso Internacional realizado em Bolonha, no ano de 1994. Mais tarde em 2004, no Congresso em Génova, foi revista a fim de se adequar aos novos desafios surgidos pelas cidades. Neste instrumento político e de mobilização das cidades estão determinados:

- I - O direito a uma cidade educadora
- II- O compromisso da cidade
- III – Ao serviço integral das pessoas.

Os princípios a serem aplicados estão fundamentados em outros documentos, como por exemplo a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), o Pacto Internacional dos

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), Cimeira Mundial para a Infância (1990) e Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001). (ALMEIDA, 2008).

Em resumo, segundo a Carta de Barcelona, os objetivos da cidade educadora consistem em preservar a identidade, a liberdade e a diversidade cultural da cidade e de seus cidadãos através de uma política ampla e global que inclua todas as modalidades de educação, formais ou informais. (...). Também se deve oferecer às crianças e jovens ao mesmo tempo que para o restante da população, espaços, equipamentos e serviços de desenvolvimento moral, social, cultural, de orientação pessoal, vocacional e de atividade social. Promover a educação para o trabalho e definir estratégias de cooperação com organizações, trabalhadores e empresários na criação de postos de trabalho. (SANTOS, 2009, p.42)

A ideia é que a cidade é, por si só, geradora de educação para os seus habitantes e que ela contém, nela própria, elementos importantes para uma formação integral das pessoas. Além destes objetivos elencados acima, as Cidades Educadoras têm em vista promover o intercâmbio de suas ações, cooperando com as instituições e governos que possuem interesses afins e influenciando-os por meio de suas experiências. Para garantir essa finalidade se constituiu oficialmente, em 1994, a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), uma associação sem fins lucrativos que busca assegurar o cumprimento dessas diretrizes e os princípios da Carta e a representação nos Congressos Nacionais e Internacionais das Cidades Educadoras.

A Associação das Cidades Educadoras

A AICE oferece apoio técnico aos seus membros e dispõe de uma plataforma de trabalho e de partilha de conhecimento e experiências divulgadas por meio do Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras, que contribuem para o fortalecimento desse movimento. E além disso tem como atribuições dar suporte e fazer monitoramento das cidades educadoras, permitir a adesão das novas cidades e divulgar as experiências efetivadas. Também é corresponsável pela realização de congressos internacionais apoiando e acompanhando a cidade que sediará o congresso.

Para ser uma Cidade Educadora e associar-se ao Movimento, é preciso que o governo local tenha sido eleito democraticamente e tenha a aprovação da adesão pelo órgão municipal de decisão dos políticos eleitos (no Brasil, a Câmara Municipal de Vereadores). Além disso, que pague uma taxa atual prevista nos termos da AICE, como membro participe dos canais de debate, intercâmbio e colaboração da AICE e, sobretudo, que se comprometa e aplique os

princípios da Carta por meio dos projetos locais. Segundo o *site* da AICE, o número de membros contabilizados é de 496 cidades de 36 países, presentes em todos os continentes. No Brasil, a Rede Brasileira de Cidades Educadoras (REBRACE) é composta pelas cidades de: Belo Horizonte, Caxias do Sul, Guarulhos, Horizonte, Mauá, Nova Petrópolis, Porto Alegre, São Santiago, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo, Sorocaba e Vitória, que vinculadas a uma filosofia comum, permite a troca de experiências sobre o potencial educativo de sua cidade. Dentro disso, PEDROSA (2013, p.9) argumenta que:

Na Cidade Educadora, o meio urbano não só auxilia na aprendizagem permanente, mas também oferece oportunidades para o conhecimento do mundo, possibilitando soluções solidárias aos problemas existentes. Assim, podemos afirmar que a Cidade Educadora tem personalidade própria na medida em que não se encontra fechada em si mesma, mas relaciona-se com cidades do mesmo país ou de outros países fazendo parte de uma rede ou movimento.

Com a implementação dessa proposta se busca enfrentar os problemas ocasionados pela globalização, adaptando-se a realidade local e buscando soluções, através de iniciativas de cunho pedagógico voltadas às especificidades locais, indo além das obrigações e incrementando “a contribuição das diversas organizações sociais com uma maior implicação de cidadania na gestão descentralizada de serviços e equipamentos, como alternativa para avançar para uma sociedade mais democrática” (VILLAR, 2007, p.38 apud VIEIRA, 2016 p.31). Assim esse projeto educativo apresenta uma abordagem de gestão mais efetiva pois:

(...) a *cidade educadora* produz produtores (as políticas públicas e os serviços privados dedicados a assegurar o potencial educativo dos meios urbanos), produz demandantes (os cidadãos dotados de um direito fundamental à *cidade educadora*, tornados sujeitos-alunos em tempo integral) e normatiza (estabelece critérios e diretrizes para a definição de uma articulação saudável e ideal entre a cidade e seus habitantes). (VIEIRA E GROPPA, 2015, p.320)

Para que, de fato, a proposta se execute, é essencialmente primordial que a administração local seja o primeiro a tomar iniciativa para efetivação, visto que a mesma compreende as Secretarias que são necessárias ao desenvolvimento municipal e é ciente dos dados para o planejamento de estratégias. Com isso, é possível desenvolver suas ações mobilizando cada vez mais a sociedade civil no espaço da cidade, alcançando equipamentos e instituições para os mais variados públicos. Entretanto, não se pode desconsiderar que nesse processo podem surgir resistências

Dresch (2005, p.52) argumenta que a Cidade Educadora apresenta-se como um grande desafio político para as autoridades locais e a sociedade civil, que apostam em um compromisso de administração inovadora, visto que oferece a todos os seus cidadãos a possibilidade de

desenvolver as suas próprias iniciativas, buscando fortalecer os processos culturais emancipatórios já que uma cidade educadora precisa ser uma cidade inclusiva e voltada para o desenvolvimento humano de todos.

A ideia para uma construção de uma Cidade Educadora requer a necessidade de estimular a cidadania para participar de um novo projeto de cidade, pois, por um lado, lembra os cidadãos que é uma responsabilidade compartilhada fazer com que a cidade seja mais civilizada, pacífica, democrática, justa e acolhedora, e por outro lado, lembra aos que exercem o poder político e a gestão de governo que nem todos possuem as mesmas responsabilidades, já que muitas das ações que cada setor da administração da cidade empreende têm consequências de caráter educativo. (Dresch, 2005, p.53)

Compreende-se então que o conceito de Cidade Educadora busca promover a cidadania com valores solidários e democráticos com um enfoque voltado à intervenção no trabalho em rede, articulando políticas públicas municipais voltadas à participação e usufruindo das potencialidades e dos equipamentos disponíveis para “aprender na cidade, da cidade e a cidade”.

Sendo assim, a Cidade Educadora tem como base a participação, o associativismo e solidariedade, articulando o governo local, instituições e habitantes, que se unem e agem usando a educação em todas as modalidades para melhorar a qualidade de vida dos habitantes e combater a desigualdade e exclusão urbana na formação de um território urbano educativo. Como o esquema a seguir apresenta:

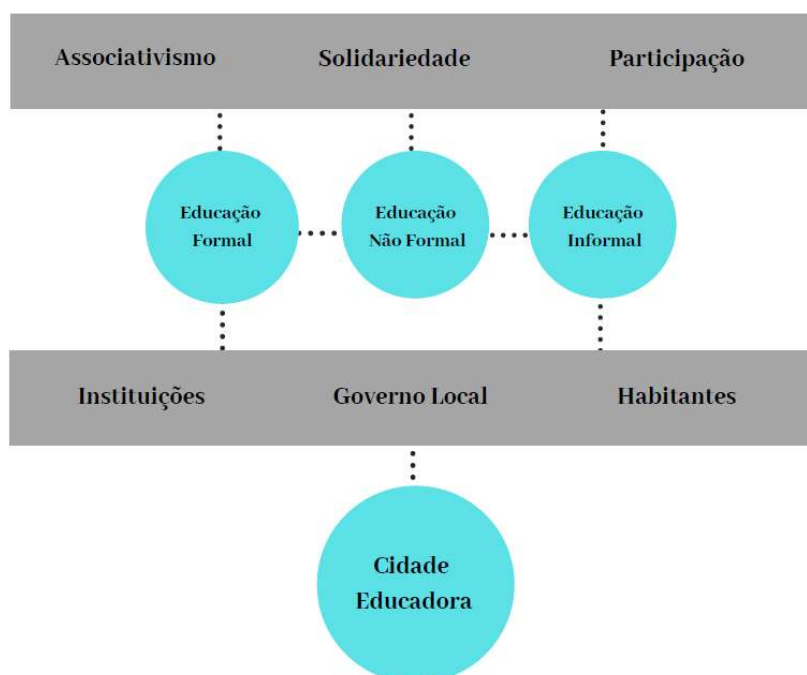


Figura 2: Síntese do conceito de Cidades Educadoras

Fonte: Carta das Cidades Educadoras, 2004
Elaboração: própria

Colocando à parte questões formais sobre a institucionalização que tangem o conceito de cidade educadora, é notável o seu protagonismo para a administração da cidade e percebe-se que os princípios desse movimento podem ser aplicáveis aos mais diversificados modelos urbanos, por isso neste trabalho voltamos o foco dos princípios para o olhar dos equipamentos educativos, os recursos e as potencialidades que podemos encontrar no cenário urbano do município de Cachoeira.

Assim inicialmente será apresentado o contexto histórico no município de Cachoeira.

V. CACHOEIRA: CIDADE HEROICA E PATRIMÔNIO NACIONAL

O município de Cachoeira situa-se geograficamente na região denominada Recôncavo, devido às suas linhas côncavas que contorna a Baía de Todos os Santos. Esse território de identidade é “conhecido pela sua diversidade econômica, social e geográfica”. Além de ser “uma das mais remotas ocupações na América portuguesa” (ROCHA, 2015, p.43), é uma região diversidade de paisagens naturais, culturas e raças.

[..] Recôncavo Baiano onde se constituiu a primeira rede urbana no Brasil, impulsionada pelo papel de destaque que a região possuía na economia colonial e mesmo durante o período imperial. (...)Dentre os núcleos “urbanos” destacados neste processo de constituição da rede urbana do Recôncavo, Cachoeira sempre apresentou importância em diversas escalas de análise. (HENRIQUE, 2009, p. 92)

Cachoeira localiza-se também às margens de um dos rios de maior relevância para o Recôncavo, o Rio Paraguaçu. Nos seus primórdios de civilização suas margens foram povoadas, constituindo ali a parte urbana da Comarca, em que foram edificadas construções seguindo o estilo neoclássico. Essa paisagem se configurou como local de realizações das principais transações comerciais em que se “(...) embarcava e desembarcava mercadorias das Minas Gerais e do Rio de Contas” (ROCHA, 2015, p.55). Cachoeira apresentava então sua relevância regional, desempenhando um papel central no transporte flúvio-marítimo graças a baixo curso do Rio Paraguaçu e sua proximidade com a Baía de Todos os Santos.

A margeabilidade com o rio Paraguaçu – o maior da Bahia, e que perpassa as regiões da Caatinga, Chapada Diamantina e o próprio Recôncavo –, adquire relevância fundamental no desenvolvimento econômico da cidade, uma vez que suas barcaças, saveiros e vapores, nos séculos XVIII e XIX, perfaziam constantes idas e vindas ao porto de Salvador, que, à época, era o mais importante do Brasil – sendo o porto de Cachoeira o segundo maior do Estado. (CASTRO, 2005, p.115)

5.1 Cachoeira, qual o seu contexto histórico?

Assim como se deu em muitas regiões do Brasil, Cachoeira esteve em uma região inicialmente habitada por índios, que foram atacados e roubados de suas terras. Sua fundação como povoado é atribuído a Diogo Álvares Correa, também conhecido como Caramuru. No entanto, é a partir da chegada das famílias portuguesas dos Dias Adorno e Rodrigues Martins que há um acentuado crescimento da sua povoação, provocado em função dos engenhos erguidos. Intencionados ao progresso da economia açucareira, foram então “trazidos” os negros como produto de menos valia para trabalharem nas lavouras. Por este fato se constituiu como

um dos primeiros núcleos civilizados do território da Bahia. “Foi denominada, inicialmente, de Vila de Cachoeira, passou à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira em 1674, uma vez que o número de seus moradores avançava” (CASTRO, 2005, p.115). Nesse ambiente “Os colonos estabelecidos cultivavam produtos de subsistência como, por exemplo, a mandioca, bem como se plantava tabaco (ROCHA, 2015, p.50). Graças ao clima e solo favoráveis para a plantação de açúcar, logo houve progressão socioeconômica e a construção e inúmeros engenhos.

A proximidade com o Sertão baiano, o porto atuante, a alta produtividade açucareira, sua localização estratégica ante outras regiões, logo transformariam a cidade de Cachoeira em relevante zona de escoamento de mercadorias. Destaque para o fumo, a mandioca, o algodão, o café, o gado e o principal produto do Brasil colonial produzido na região: o açúcar. (CASTRO, 2005, p.115)

O apogeu econômico se denota durante os séculos XVIII e XIX, principalmente concedido através da produção de açúcar e fumo. Aliado ao esplendor como referência econômica, avançava também sua relevância política, que se reflete nas visitas ilustres de D. Pedro I, D. Pedro II, Princesa Isabel e Conde D’Eu. Essa prosperidade resultou no investimento em importantes peças de arquitetura de influência barroca.

A região também era propícia para a mineração (ouro), e complementarmente, um polo da indústria fumageira. Um dado que simboliza tamanho poder econômico, é que Cachoeira, quando ainda era uma vila, foi sobretaxada pelo Rei D. José I para angariar fundos para reconstrução de Lisboa, após o terremoto ocorrido em 1756. (ZAN, 2013, p. 73)

Cachoeira foi bem dotada de estradas, sendo ponto de convergência das rotas Recôncavo e o Sertão, via Estrada Real ou pelo rio Paraguaçu. Esses caminhos privilegiados contribuíram como rota do tráfico negreiro e do escoamento de Pau Brasil e cana de açúcar e caminhos estabeleciam contato de Salvador com o interior da capitania, com os sertões e zonas fora do espaço baiano. A “Estrada das Minas”, no seu circuito emaranhado de caminhos, ligou Cachoeira a áreas mineradoras do território da capitania das Minas Gerais, e a “Estrada das Boiadas” uniu Salvador e Cachoeira ao norte e noroeste do Recôncavo. (ROCHA, 2015, p.47). Tornou-se a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu atraente, populosa e rica.

No século XIX, a então Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu ganha projeção no cenário da história política baiana e brasileira, ao ser resistência e também a pioneira no movimento emancipador do Brasil. Com personagens que se imortalizaram na história Nacional, a vila se estabeleceu como um dos principais redutos

rebeldes da Bahia, exercendo liderança política de onde partiram as lutas armadas, unida como povo e tropas de outras vilas que se coligaram compondo desta maneira o movimento militar que se revolta contra o domínio português e declara-se território livre de Portugal. Então, no dia 25 de Junho de 1822, proclama o Príncipe D. Pedro I como Regente e defensor perpétuo do Brasil, fato que antecipa o Grito do Ipiranga (tão conhecido nos livros de história). Este ato transfere a sede do Governo Baiano para a vila, instituindo-a oficialmente como governo provisório, acontecimento inédito na história nacional. Assim as tropas dirigiram-se para Salvador (capital da Bahia), que estava ocupada pelas tropas portuguesas, e vencendo o embate contra os portugueses, declaram a Independência da Bahia em 2 de Julho de 1823, o que consolida, por conseguinte, a Independência do Brasil.

Através da Lei Provincial nº 43 de 13 de março de 1837, dada a sua relevância econômica e política à época, a vila foi então elevada à categoria de cidade de Cachoeira. (CASTRO, 2005, p.115). Porém, a partir de 1940, a economia de Cachoeira entrou em declínio, devido ao desenvolvimento do transporte rodoviário, levando a cidade a um processo de isolamento.

As mudanças na estrutura econômica e no papel de Cachoeira na rede urbana regional estão fortemente atreladas à alteração no padrão de transporte de mercadorias, com a opção pela modalidade rodoviária em detrimento ao transporte marítimo/fluvial (realizado pelos vapores e saveiros que faziam seus percursos através da Baía de Todos os Santos e pelo Rio Paraguaçu) e ao transporte ferroviário (que tinha em Cachoeira um importante entroncamento). As rodovias que passam a ligar o litoral ao interior (BR's 324 e 101) têm seus trajetos exteriores e distantes do tecido urbano de Cachoeira, implodindo as funções articuladoras da cidade com suas congêneres regionais e estaduais... (HENRIQUE, 2009, p.94)

Atrelado a isto ocorreram crises na indústria fumageira que perdeu a liderança para outras regiões e para completar o processo de estagnação do Recôncavo Canavieiro e Fumageiro, também na metade do século XX, ocorre a descoberta de petróleo na área do Recôncavo mais próxima de Salvador que atrai parcela da população das áreas canavieiras e fumageiras para trabalhar em atividades petrolíferas (HENRIQUE, 2009, 94).

Entretanto, o seu relevante patrimônio material e imaterial ainda resiste e se reflete no cotidiano municipal, servindo como referência e inspiração desta pesquisa e embora aqui tenha sido feita uma apresentação bastante resumida do que é Cachoeira, é disposto o entendimento da Cidade de Cachoeira enquanto ambiente que emana história nas suas ruas, casas, praças, igrejas e modo de vida da população.

Nos dias atuais, o município ocupa uma área de 395,2 quilômetros quadrados. Segundo o IBGE (2010), a estimativa é de 33.861 habitantes. O Índice de desenvolvimento humano

(IDH) é considerado médio pelo PNUD (2010), igual 0,647. A cidade é um dos principais destinos do turismo étnico-afro na Bahia, está aproximadamente a cerca de 120km de Salvador, capital do Estado. Dispõe do segundo maior conjunto arquitetônico histórico (da época do Império) preservado do Brasil de estilo barroco e por isso recebeu do IPHAN o *status* de Cidade Monumento Histórico. Anualmente em 25 de junho, o governo estadual é transferido para a cidade, num ato de celebração pelos feitos em prol do Estado e do país. Esta participação dos cachoeiranos nas batalhas em prol da independência lhe concedeu o título de Cidade Heroica.

Cachoeira tem destaque também pela sua diversidade da cultura popular presente no sincretismo religioso que insere manifestações do catolicismo e a cultura afro-brasileira. Desde o período colonial se destaca pela luta antiescravista, por isso hoje mantem significativa quantidade de quilombos no seu entorno e cerca de uma dezena de comunidades quilombolas certificados oficialmente pela Fundação Palmares e do Incra.

Por isso, Cachoeira é uma cidade que ensina história na rua, o seu passado não pode ser visto apenas em fotos antigas ou livros. Ao percorrer suas ruas e becos, encontramos o cenário de história viva na arquitetura típica do Brasil Império. Reconhecendo esse cenário, é apresentado a seguir o método utilizado neste trabalho.

VI. MÉTODO

Chegamos, portanto, à descrição do caminho percorrido para a investigação desse trabalho. Caminho este por vezes frustrante e desanimador principalmente no que diz respeito à obtenção de informação de órgãos públicos e disponibilidade para agendar entrevistas. Mas, foi um período de muito aprendizado e experiências positivas, principalmente em conhecer mais da singularidade de Cachoeira-BA, ter a oportunidade de contato com pessoas que estão engajadas em prol da cidade e ser surpreendida com a solidariedade de amigos e colegas na contribuição de informações relevantes.

Assim deram-se os passos para a obtenção de resultados:

Abrangência temporal

O período de tempo no qual se desenvolveu a pesquisa aconteceu durante o ano de 2018.

Abrangência geográfica

Reconhecendo que a educação não se limita à urbe e que a zona rural e distritos do município de Cachoeira dispõem de inúmeras potencialidades, infelizmente, por falta de disponibilidade de tempo e recurso, essa pesquisa se limita à sede do município de Cachoeira, especificamente o perímetro central.

Análise documental

Para ter arcabouço para desenvolver esse trabalho foi feita uma análise documental sobre a Carta das Cidades Educadoras e o Inventário de Bens Imóveis Tombados pelo IPHAN no Município de Cachoeira-BA

Técnicas e instrumentos

Os instrumentos utilizados para contribuir na recolha de informações estão listados a seguir:

- Entrevistas semiestruturadas gravadas e transcritas

- Entrevistas individuais semiestruturadas não gravadas para a complementariedade das informações e coleta de dados
- Mapeamento dos equipamentos educativos formais, não-formais e informais e também os espaços e serviços públicos.
- Registro fotográfico dos equipamentos e eventos culturais e
- Observação com objetivo exploratório

Crítérios de escolha dos sujeitos como fonte.

Sendo essa pesquisa a nível local, seria de grande importância a participação dos *stakeholders* ou partes interessadas. Assim foram selecionados estrategicamente, representantes de órgãos públicos, do terceiro setor e da comunidade, visto que estes são os sujeitos que estão de acordo como interesse do conceito de Cidades Educadoras.

Órgão	Função	Data entrevista	Tempo de entrevista
Gestão Pública Municipal	Coordenação da Secretaria de Educação	27/12/2018	Não foi gravada
	Secretário de cultura e turismo	06/12/2018	36min e 28s
Sociedade Civil	GAMGE- grupo de apoio ao menor	26/11/2018	36min e 02s
	Associação de condutores e guias do Vale do Paraguaçu	06/12/2018	21min e 47s
Comunidade	Professor Edvaldo Carneiro	14/07/2018	23min e 18s

Quadro 1: Fontes entrevistadas

Fonte: elaboração própria

Secretaria de Cultura e Turismo

Esta Secretaria foi selecionada como fundamental para recolha de informações visto que contempla uma área de bastante destaque no Município estudado. A Secretaria de Cultura e Turismo (SeCult) foi criada em 21 de janeiro de 2005 na gestão do prefeito Tato Pereira; antes deste período existia um departamento de turismo vinculado à antiga Secretária de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer. Atualmente, a Secretaria conta com 16 funcionários, sendo a equipe administrativa composta por três museólogos e um gestor de negócios e turismo.

O GAMGE

Foi escolhido devido ao destaque que tem no município e região por suas atividades voltadas à cidadania. O Grupo de Apoio ao Menor Gotas de Esperança (GAMGE) é uma organização não governamental que atende na faixa etária de 7 a 18 anos e trabalha a questão do respeito, das diferenças, prevenção às drogas, família e sexualidade. Foi criado pela médica Rita Maluf. A princípio, a intenção era evangelizar seus filhos no espiritismo, a partir daí mais crianças se interessaram e, ao ver o quantitativo de crianças que ficavam nas ruas sem nenhuma atividade, separou a questão religiosa e em 12 de maio de 1997 institucionalizou. Recebeu o título de Honra ao Mérito pela Câmara de Vereadores.

Associação de Condutores e Guias do Vale do Paraguaçu.

Foi selecionada por ser uma ação da sociedade civil que, ao perceber a demanda do território, voltou suas ações para os principais potenciais do município. A Associação foi fundada no ano de 2008 e tem em torno de 47 guias e condutores, sendo que, destes, 19 receberam no ano de 2014 qualificação para atuar nesta área.

Entrevistas e observação realizada em campo

Nesse período de pesquisa foram feitas entrevistas com pessoas que se engajam em desenvolver projetos no município com intenções educativas que visam perpetuar a história da cidade de Cachoeira.

Entrevistado	Assuntos
Tamires Costa do Projeto Caminhadas Patrimoniais	A mestre em história apresentou o projeto que percorre ruas e monumentos da cidade revisitando a rota da independência na região com alunos de escolas públicas e particulares da cidade de Cachoeira, São Felix e Santo Amaro ensinado a história por meio dos monumentos e equipamentos culturais e patrimoniais.
Luiza Mahim, da Casa de Barro	Os principais aspectos abordados foram: a percepção do potencial que existe no município para o desenvolvimento de atividades educacionais, mas que, no entanto, não eram apropriadas pelos cidadãos; as motivações para a elaboração das atividades desenvolvidas e como o público sempre participa dessas atividades, embora a Instituição não seja autossustentável e se mantenha através de editais do Ministério da Cultura.
Professor Edvaldo Carneiro	Nascido em Cachoeira, desde criança desejava ser professor; é professor de história e já trabalhou em escolas municipais, estadual e particulares no município. É um cidadão de prestígio no Município e atualmente é coordenador voluntário do projeto Câmara Mirim. Em conversa o professor comentou sobre a relevância da educação no seu ponto de vista, bem como apresentou o Projeto Câmara Mirim no qual crianças entre 8 e 13 anos são eleitas por suas escolas para serem representantes destas e após entrevista tomam posse para um mandato de um ano no qual desenvolvem projetos relevantes ao município, bem como aprendem sobre a história e cultura da cidade e ao final do mandato recebem da Câmara Municipal um notebook. Nesta entrevista também foi dada uma aula rica sobre as principais características de Cachoeira

Quadro 2: Fontes complementares

Fonte: elaboração própria

Foram realizadas visitas com registro fotográfico a prédios históricos, com intenção da verificação dos potenciais disponíveis nestes espaços.

Visita em 10/12/2018	Descrição
Biblioteca Pública Municipal	O acervo da biblioteca municipal não é muito grande, mas conta com algumas literaturas riquíssimas. Neste espaço também tem um infocentro disponível à população. No período visitado, a Biblioteca estava sendo arrumada pois devido a uma forte chuva e a problemas de infraestrutura, todo o espaço foi alagado provocando a perda de algumas obras.
Arquivo Público Municipal	O local dispõe de diversos documentos históricos de grande relevância nacional. Em conversa com funcionárias, foi dito quais os documentos necessários para acesso aos arquivos e também me foram apresentadas algumas fotos antigas da cidade.
Museu do IPHAN	Neste local histórico encontrei expostas informações peculiares sobre o município, além de poder ver algumas peças belíssimas da época colonial.
Museu da Câmara e Cadeia	Neste local encontram-se expostos peças de bastante significância para a história local como os caboclos por exemplo é um local em que se consegue visitar a história e aprender com ela.

Quadro 3: Equipamentos públicos visitados

Fonte: elaboração própria

Além disso, durante a realização da pesquisa, foi realizada a observação com o objetivo exploratório em eventos e prédios a fim de ampliar o olhar ao objeto de pesquisa, sendo este um momento muito proveitoso e contributivo para aquisições de informações sobre a Cidade de Cachoeira.

Eventos	Descrição do evento
Sessão itinerante da Câmara de vereadores na comunidade Tibiri em 30/05.	Nesta sessão toda a equipe Legislativa do município se desloca a bairros da zona rural para ouvir as demandas da comunidade. Neste em específico algumas pessoas da comunidade compareceram e apresentaram as dúvidas e queixas em relação à situação da comunidade. Os vereadores presentes explicaram qual o papel do poder legislativo, bem como se comprometeram a agilizar as respostas para os problemas que afetam a comunidade, como a água potável, o transporte escolar e espaços para lazer.
Sessão de despedida dos vereadores mirins 2018	Neste evento os estudantes representantes de escolas públicas e privadas empossados como vereadores mirins se despedem do seu mandato em uma sessão solene com representantes do poder legislativo, representantes das escolas, comunidade e imprensa. Os vereadores fazem o seu discurso e, ao final da cerimônia, os vereadores mirins ganham um notebook.
Sarau literário do colégio Simoton Tema: Cachoeira, a história de um povo heroico. 05/09	O sarau apresentou os primórdios da luta do povo indígena e negro e a herança portuguesa. Trouxe também o cotidiano da feira livre, as filarmônicas, as danças e festas tradicionais, o reggae. Neste evento alunos, professores e a comunidade, bem como representantes da sociedade civil estiveram presentes.
Levada do Pau da Bandeira 01/06	Ato simbólico que dá início às solenidades que celebram os festejos da Independência do Brasil em que troncos de madeira são fincados no chão. Vários representantes do poder público, comunidade e filarmônicas participam.
Data Magna de Cachoeira 25/06	Desfile cívico pelas ruas da cidade em celebração ao ato heroico. Neste evento tradicional, representantes dos governos estadual e municipal, bem como a comunidade assistem apresentação de escolas e fanfarras.
Seminário Cachoeira: Razões e conexões culturais	Foi um evento promovido pelo Conselho de Cultura em que se apresentou os principais desafios da cultura e turismo de Cachoeira. Também houve a discussão sobre um fundo de 3 milhões de reais sobejados do Programa Monumenta e quais os fins deste. Este evento contou com a participação de representantes do Governo Municipal e Estadual, da Caixa Econômica, de autarquias e da Sociedade Civil

Quadro 4: Observação de campo em eventos

Fonte: elaboração própria

Aspectos éticos

Nas entrevistas foram realizadas com auxílio de gravador dada a prévia autorização do entrevistado. Após as entrevistas foram feitas as transcrições fiel de tais para a definição das dimensões e categorias.

Modelo de Análise

Para responder à pergunta de pesquisa foi concentrado o foco para os recursos educativos, patrimoniais e administrativos. Estes estão assim representados no esquema abaixo:

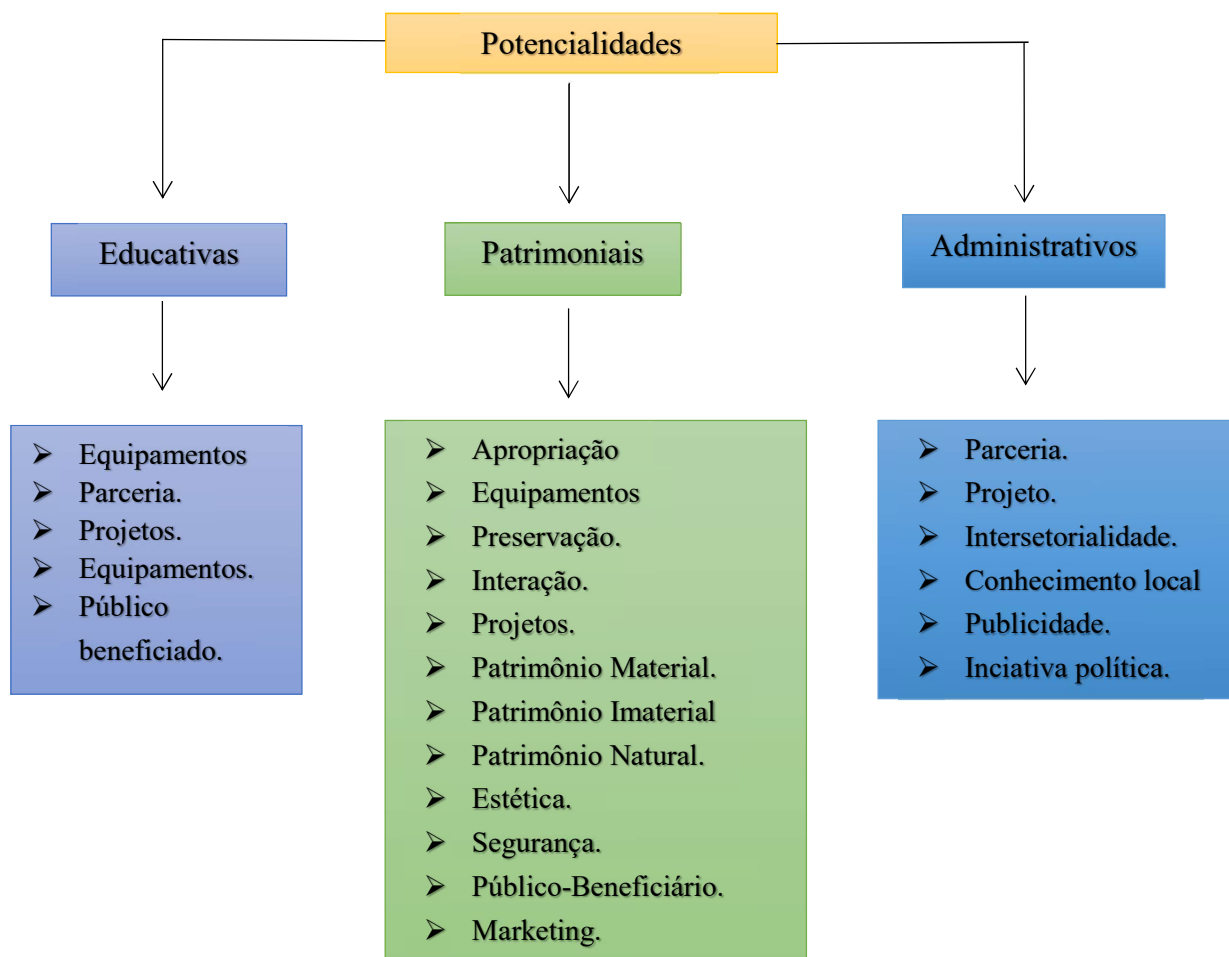


Figura 3: - Estrutura das categorias de análise.
Fonte: elaborado pela autora

VII. QUAIS AS POTENCIALIDADES QUE QUALIFICARIAM CACHOEIRA COMO CIDADE EDUCADORA?

Até aqui já sabemos que as cidades educadoras, nos seus princípios, buscam trabalhar a cidade como grande espaço educador e a escola como espaço comunitário e com isso valorizar o aprendizado vivencial e a formação de valores, aprendendo assim na cidade, com a cidade e com as pessoas. Chegamos, então, ao capítulo que busca responder à pergunta dessa pesquisa: **Quais as potencialidades educativas de Cachoeira que a qualificariam como Cidade Educadora?** Para isso é feito um mergulho no município de Cachoeira-BA, a fim de analisar os principais elementos que corroboram para a compreensão desse trabalho.

Em suma, no decorrer do estudo apresentaremos os principais elementos constituintes das propostas referentes às Cidades Educadoras, que podem ser adaptados ao contexto do município de Cachoeira,

Segundo elementos desta Carta a cidade, em sua prática cotidiana educadora, pode gerar e incluir diferentes formas de educação para a cidadania [formal e não-formal], seja em atividades no Plano diretor, em proposta e ações da cultura, nas escolas, no lazer ou outros espaços urbanos. (SAVI, 2017, p.103)

Tendo o Movimento das Cidades Educadoras como base para a visão de uma **cidade** enquanto pedagogia, buscaremos identificar os potenciais educativos do município de Cachoeira, que serão fundamentados a partir de três dimensões que relacionam cidade e educação. Assim serão apresentados o potencial educativo, o potencial patrimonial e o potencial administrativo.

Potencial educativo

Cachoeira dispõe de um sistema educacional completo da creche ao Ensino Superior, bem como uma gama de instituições do terceiro setor, que oferecem educação não formal. Esta dimensão contempla as instituições que visam à intencionalidade de aprendizagem com a finalidade de aprimorar competências e habilidades. No entanto, são contempladas aqui os estabelecimentos educativos encontrados no espaço delimitado para pesquisa devido as razões anteriormente esclarecidas.

Quanto à educação formal

Em relação a equipamentos de educação formal foram mapeadas as seguintes Instituições:

Instituição	Nível de educação/ tipo
UFRB	Ensino superior Ensino Público ENEM/SISU
Colégio Simoton	Fundamental II e Ensino Médio/ rede privada
Escola Montezuma	Fundamental I /Escola Pública Municipal
Colégio Sacramentinas	Educação Infantil e fundamental I e II/ rede privada

Quadro 5: Equipamentos formais

Fonte: elaboração própria

Essas instituições formais apresentam um elevado potencial ao município e além de beneficiarem aos estudantes locais, assisti também os de cidades circunvizinhas em todos os níveis escolares.

E nesse sentido a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia se destaca. Com a instalação do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) em Cachoeira, além do aumento de serviços oferecidos para satisfazer esse novo público, proporciona uma melhora econômica. Os cursos ofertados contribuem por meio do ensino, pesquisa e extensão para com os diversos aspectos do município. São seminários, projetos, amostras, exposições, trabalhos de conclusão de Curso, estágios e documentários que evidenciam e divulgam Cachoeira nos cursos de Artes Visuais, Ciências Sociais, Cinema, Audiovisual, Comunicação Social, História, Museologia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social, Tecnologia em Gestão Pública, além dos cursos de especialização e mestrado. Todo esse recurso beneficia tanto a população quanto a gestão, com mais oportunidades de ingresso no Ensino Superior, aquecimento da economia local, capacitação para o mercado de trabalho, publicações sobre a cidade, mais possibilidades de vivências, experiências e aprendizagens. Entretanto, ainda não há uma percepção notável da comunidade cachoeirana dos proveitos do CAHL, inclusive algumas instituições entrevistadas relataram durante a pesquisa que a “Universidade” só vai em busca de informações, mas que, depois, não traz um retorno do que foi investigado e não desenvolve um projeto.

[...]. Nós cachoeiranos, nós abraçamos a Universidade, acredito que é de suma importância, é uma realidade nós não tínhamos condições, as pessoas aqui tinham que se deslocar para outra cidade e hoje nós temos a Universidade na porta de casa, é de suma importância. Agora isso tem que ser rediscutido, é preciso se discutir políticas públicas internas na própria Universidade. A Universidade não tem que ficar esperando nós, ou a maioria das pessoas que são leigas, que não conhece. De repente não sabe nem qual é a finalidade de uma universidade. Nós temos uma universidade aqui, mas não sabemos nem qual é a finalidade. De repente as pessoas pensam que é só fazer a prova do Enem e passar no Enem e ir para Universidade. E não tem grupos de pesquisa, poderia estar fazendo novas outras pesquisas e elaborar projetos, tem várias instituições aí que está legalizada, assim como a nossa que pode estar realizando, executando alguns projetos em parceria com a universidade. Fica uma crítica construtiva para que a universidade possa se posicionar também nesse sentido para que ela possa sair dos bastidores e realmente reconquistar os cachoeiranos. (Sandro da Catu)

Em pesquisa no Colégio Simonton, identificou-se que no ano de 2018 várias atividades contemplaram a cultura de Cachoeira e trouxeram também a comunidade para dentro da escola, a exemplo do Sarau Literário com o tema: Cachoeira a história de um povo heroico, além de realizarem visitas de campo a quilombos da cidade, aula nas praças, e atividades sobre o patrimônio material e imaterial, como aula de capoeira. Essas atividades podem ser vistas nas redes sociais do Colégio sendo algo positivo, já que essa prática favorece o exercício da cidadania e contribui para uma apropriação do município, já que estudar a cidade não se resume apenas a atividades de pesquisa somente em determinada data cívica.

Na Rede Municipal de Educação houve um reordenamento no qual várias escolas foram nucleadas. Assim não houve possibilidade de pesquisa mais detalhada, visto que não se encontra situada na abrangência geográfica pré-definida. No entanto, segundo a Secretária de Educação, existem vários projetos sendo desenvolvidos nesse aspecto como por exemplo o Projeto Afro e o Projeto de leitura Viajando pelas Letras, que objetivam inserir e incentivar a valorização do patrimônio municipal. Existe também sancionada a Lei 818/2009, que obriga a rede municipal de ensino a adotar, como matéria básica, a disciplina de Educação Patrimonial no Ensino Fundamental nas Séries Iniciais. Isto posto em prática contribui para a valorização do patrimônio de Cachoeira e formação de cidadãos mais conscientes do seu legado histórico.

Outro aspecto que denota esse potencial educativo foi verificado nas ruas de Cachoeira nas quais vi e registrei diversas turmas de escolas de outras cidades fazendo *tour*, percorrendo os monumentos e espaços públicos, aprendendo da história não só local, mas a história do Brasil que pode ser vista aqui. E é preciso que isto seja observado com sensibilidade pelas instituições formais do Município, pois a educação formal pode sim se apropriar do leque de aprendizagens que Cachoeira dispõe.

Como já enfatizei, é preciso ir além de solicitar pesquisa nas datas comemorativas municipais: a escola deve ser a articuladora desse potencial que em Cachoeira é riquíssimo e pode ser conteúdo para as mais diversas disciplinas curriculares e atividades. Como afirma TRINDADE (2018, p.16) em seu trabalho de conclusão de curso.

Logo, utilizar-se dos cenários da cidade, sejam eles político, ambiental, histórico, econômico e outros para subsidiar discussões em sala é fundamental. A ampliação da noção de espaço escolar seria riquíssima em Cachoeira, já que cada pedaço da cidade respira história, geografia, biologia, cultura e patrimônio. O rio Paraguaçu poderia ser usado para uma aula de geografia, os mangues para aulas de biologia, os prédios para aulas de história e literatura, enfim existem infinitas possibilidades.

Nessa perspectiva curricular a aprendizagem acolhe e valoriza os conhecimentos pertencentes à comunidade e o repasse desses conhecimentos a novas gerações produzirá um enriquecimento tanto nas relações sociais quanto ao seu patrimônio.

Equipamentos educativos não-formais

Existem diversas organizações, associações, que desenvolvem ações intencionalmente educativas em Cachoeira. Estas contribuem no fomento de ações educativas que ensinam da cidadania, tradição e patrimônio. Algumas foram identificadas e estão relacionadas no Quadro a seguir

Instituição	GAMGE	Casa de Barro	Filarmônica Lira Ceciliana	Filarmônica Minerva Cachoeirana	Orquestra Reggae Cachoeira
Atividade	Aula de crescimento pessoal, artes, capoeira, hip hop, e dança afro e karatê	Oficina de fotografia, teatro e projetos como que contemplam a comunidade.	Ensino musical de vocal, paleta e percussão.	Ensino musical / percussão e sopro	Ensino musical
Público-alvo	Infanto juvenil de 7 aos 18 anos.	Infanto-juvenil	Infanto-juvenil	Infanto-juvenil - a partir de 7 ou 8 anos	Infanto-juvenil
Parcerias	Não possui. Apenas alguns vereadores que contribuem com valor de 20 reais / Está com projeto pela através de edital da Votorantim / A comunidade pode contribuir através da nota premiada e doação e participação nos eventos	Governo da Bahia e ministério da Cultura / Contribuição de uma loja / Através dos eventos e atividades desenvolvidas pela instituição	Prefeitura Municipal	Prefeitura Municipal e Ministério da Cultura.	Prefeitura Municipal e incentivo do Governo da Bahia.

Quadro 6: Equipamentos não formais

Fonte: as instituições

Os projetos de iniciativa do terceiro setor se destacam por desenvolver atividades que inserem esporte, família, comunidade, escola e o município de Cachoeira, apresentando bastante relevância para o protagonismo juvenil e fomento a cidadania.

Além dessas, podemos citar equipamentos que são de grande relevância para a município que embora não intencionalmente educativas fornecem conhecimento e informação e contribuem com o desenvolvimento local, como a Associação de Condutores e guias do Vale

do Paraguaçu, que trabalha dando suporte as atividades turísticas de Cachoeira e região, e isso contribui com o trade local, a preservação dos monumentos e também com a divulgação de Cachoeira e educação em campo. A Acidadã também é uma associação cujos princípios estão na luta em prol da minimização dos problemas enfrentados pelos cachoeiranos. Assim suas atividades são desenvolvidas de acordo com as demandas apresentadas, em que toda a comunidade é convidada a participar. Já foram oferecidos cursinho pré-vestibular, criou-se o conselho de segurança, dentre outras conquistas, como ações buscando a reforma da ponte D. Pedro II que ainda está em andamento.

Ainda falando em educação, sabe-se que os meios de comunicação também exercem certa influência e como Cachoeira, em sua história, já foi uma das cidades com maior quantitativo de jornais, identificamos no nosso perímetro de pesquisa, a Rádio Paraguaçu FM que, além de espaço informativo sobre a cidade e região, também é um espaço em que a população expõe suas demandas e também o poder público apresenta suas políticas. E o Jornal O Guarani, com textos que buscam apresentar temas relevantes à comunidade, bem como espaços de diálogo e divulgação.

Como representação da dimensão Educação não formal, apresentamos o Gamge, visto que este lida com os aspectos de uma instituição do terceiro setor e além disso tem como objetivo a promoção da cidadania e contempla os elementos da cidade.

Cachoeira é uma cidade histórica faz parte da nossa história tem um legado muito grande, uma herança cultural muito grande e tudo isso é aproveitado porque tirando o Karatê que é oriental todas as outras atividades tem relação com a nossa história Cachoeira, as lendas, a importância da história quando a gente trabalha auto estima, a valorização o negro também. [...] (Rita Maluf do GAMGE)

Independente que seja educação formal ou não formal, é fundamental a participação da família nesses espaços, visto que é o primeiro grupo social do qual o indivíduo faz parte. Sobre a relação do Gamge com a família, a presidente da ONG diz:

O GAMGE acredita que não se pode trabalhar as crianças e jovens sem trabalhar família, e por conta disso a gente reúne de dois em dois meses toda a família, com as familiares e os trabalhadores porque a gente trabalha com eles também para avaliar o desenvolvimento dos jovens não só no GAMGE, mas como fora do GAMGE porque o GAMGE faz acompanhamento nas escolas duas vezes no ano, fazia nas famílias, nas casas, mas por conta da violência também em lugares que o GAMGE não pode ir, a pedido mesmo de familiares por conta da violência.[...] gente também tem um grupo de famílias do GAMGE onde a gente se reúne de 15 em 15 dias que a gente trabalha com eles também temas que estamos trabalhando com jovens, por exemplo no último encontro nosso, nós trabalhamos com ele a questão do planejamento

familiar Por que planejar? estava trabalhando sexualidade com eles, então trabalhando com eles também para que eles possam interagir.

As atividades culturais desenvolvidas e fomentadas por essas instituições contribuem para a valorização da identidade do povo cachoeirano. Pois, embora seja um município que tem na sua raiz a cultura negra, sabe-se que devido a todo o contexto histórico, o racismo é algo ainda a ser enfrentado. Por isso ações que valorizam a cultura são tão importantes. A exemplo disso Rita Maluf defende, como projeto que visa à cidadania, o projeto Beleza Negra.

... quando a gente trabalhou essa questão da africanidade, a gente trabalhou muito essa questão da valorização da nossa cor, porque os jovens eles tinham vergonha de vestir a camisa do GAMGE. A auto estima muito baixa com o cabelo. O projeto não é só dançar, só desfilas a gente ensina também a entender a valorização do negro então depois que a gente desenvolveu esse trabalho em 2013 eles passaram a assumir mais o cabelo, você vê que as meninas estão de black e de tranças agora. (Rita Maluf)

Além de servirem também como prevenção de riscos, esses projetos alcançam não apenas Cachoeira, mas muitas cidades da região, fazendo com que esses projetos sejam replicados devido aos resultados positivos.

Mas a questão da parceria é um ponto ainda frágil, existe mais parceria para o desenvolvimento de ações pontuais, o que não configura rede. As instituições pesquisadas não desenvolvem projetos nos quais interagem com outras instituições também do Terceiro Setor. Em relação à parceria com a gestão pública municipal, as instituições entrevistadas relataram ausência de uma política dialógica, na que resulta na falta de apoio ou incentivo.

Existe uma parceria com a comunidade na participação das atividades e no apoio financeiro quando feitos eventos para fins lucrativos. Algumas recebem apoio pontual do comércio e sobrevivem através de editais, demonstrando a dificuldade da adoção das estratégias de auto sustentabilidade.

Eu acho quem tem que ter disponibilidade das pessoas porque tem muito trabalho acontecendo aí, o Gamge está 21 anos. Mas eu tenho certeza que se você pesquisar tem outros grupos aí fazendo a sua parte, eu acho que precisaria de um apoio, é preciso apoio dos gestores, porque quando a gente tá desenvolvendo um trabalho como esse, beneficiando esses jovens, essas famílias, estamos beneficiando a nossa cidade, e o gestor dessa cidade deveria estar colado apoiando trabalho como esses porque estamos fazendo o papel que os gestores deveriam estar fazendo, se esse tipo de trabalho estivesse acontecendo nas escolas, nas comunidades não precisaria existir Gamge ou nem qualquer outro grupo então nós do terceiro setor existimos por uma falha do poder público, mas eu acho que não precisa ser dividido, precisa ser

somado e multiplicado. Então eu acho que precisa juntar forças, porque Cachoeira tem um potencial riquíssimo. (Rita Maluf)

Portanto, existe um potencial muito grande nessas ações que contribuem diretamente ao município, valorizando o legado histórico cultural de Cachoeira

Equipamentos educacionais/culturais

Estes equipamentos são assim classificados devido sua relação próxima com a educação formal e não formal e principalmente preservação e divulgação da cultura local.

Instituição	Atividade
Museu da Casa de Câmara e Cadeia	Espaço que funcionava como cadeia para presos ilustres no período da escravidão, também foi o local em que Dom Pedro I foi aclamado Regente e Defensor do Brasil, em 1822. Mantem as características daquela época, além de encontrarmos expostos peças de grande valor histórico e de representatividade para a cidade, registros e fatos históricos importantes.
Cine teatro Cachoeirano	Prédio tombado pelo IPHAN, atende a eventos culturais, principalmente nas áreas de cinema, teatro, dança e música. Um dos primeiros cinemas do país, foi revitalizado e reinaugurado em 25 de junho de 2015.
Museu Regional e Sede do IPHAN	Alojado em uma mansão colonial do século XVIII, é dividida em dois pavimentos. Após sofrer reforma e restauração, em 1966 a casa foi aberta ao público como museu. Seu acervo é composto por mobiliário colonial, além de registros fotográficos e edições da primeira metade do século XX dos principais jornais do estado da Bahia.
Museu do Cinema de Cachoeira Roque Aragão	Patrimônio que guarda história do cinema, com um acervo com peças como câmeras, projetor de manivela, ilhas de corte e edição e dispositivos de áudio de diversas épocas.
Casa de Samba de Dona Dalva	Ponto de Cultura pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e Ponto de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM. É um Espaço dedicado à preservação da memória do Samba de Roda do Recôncavo. Inclui oficinas de Samba de Roda (História, performance, percussão, viola e violão), ensaios abertos a comunidade e exposições fotográfica.
Irmandade da Boa Morte	Um centro cultural sede da confraria Irmandade da Boa Morte com exposições de peças e memorial da Irmandade.
Fundação Hansen Bahia	O local é palco de diversas atividades culturais e universitárias, tem um acervo rico com exposições temporárias e em permanente tem-se as xilografias de Hansen Bahia.

Quadro 7: Equipamentos culturais

Fonte: site do IPHAN e das instituições.

Essas instituições citadas acima revelam a riqueza educacional e conseqüentemente cultural de Cachoeira, riqueza singular a este território, mas que pode refletir positivamente alcançando inúmeros lugares. Todos esses aspectos podem ser aproveitados para a promoção

da cidadania. Estes espaços possuem potencial para servirem de suporte tanto para a educação formal quanto a educação não formal.

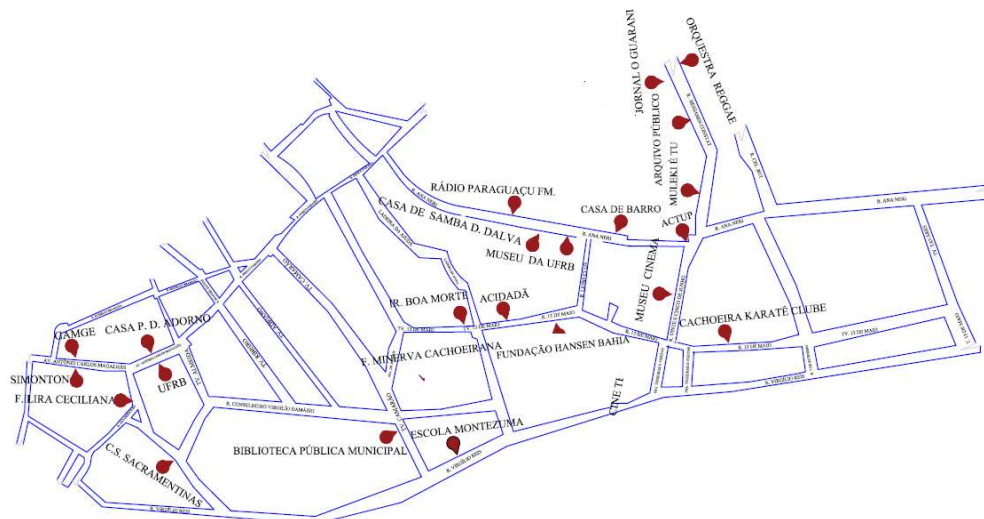


Figura 4: Localização dos potenciais educativos
Fonte:

Potencial patrimonial

Essa dimensão apresenta os potenciais patrimoniais encontrados em Cachoeira, reunindo o patrimônio material tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural Nacional –IPHAN, os imateriais e também os naturais. Cachoeira é uma cidade em que material e imaterial vivem com pleno diálogo, sendo este aspecto destaque no contexto baiano e nacional.

Patrimônio material

O patrimônio material de Cachoeira é amplo, segundo o IPHAN a área tombada possui, aproximadamente, 670 edificações. O conjunto arquitetônico - formado na sua maioria por edifícios do século XVIII e XIX - caracteriza-se pela tendência neoclássica, sendo a cidade um bem de relevantes qualidades paisagísticas e por esse seu conjunto arquitetônico recebeu o título de Monumento Nacional por meio do decreto federal nº 68045 de 1971.

Ponte D. Pedro II (estrutura de ferro)	Inaugurada em 7 de julho de 1885 com a presença do próprio Imperador, a Imperial Ponte D. Pedro II foi construída sobre o Rio Paraguaçu, ligando as cidades de Cachoeira e São Felix, que situam-se nas suas margens. Sua estrutura é composta de ferro e lastros de madeira importados da Inglaterra e mede 365m de comprimento e 9 m de largura. Significativa construção para a economia baiana no século XX e uma das principais obras de engenharia da América do Sul à época, a ponte é hoje também um dos cartões postais de Cachoeira.
Estação Ferroviária	A Estação Ferroviária de cachoeira foi aberta em 1876 e inicialmente não havia ponte que cruzasse o rio para a linha férrea. Atualmente está sendo revitalizada.
Conjunto do Carmo	O conjunto é um dos espaços urbanos mais importantes de Cachoeira, e formado pela Igreja da Ordem Primeira, Capela e Casa de Oração da Ordem Terceira.
Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário	O edifício é de grande valor monumental e histórico, com interior muito rico e revestido de azulejos historiados com temas bíblicos. O forro da nave exibe pintura ilusionista e os da sacristia e coro, medalhões. Seu acervo ostenta numerosas imagens, doze telas, um sacrário (lugar onde se guardam as hóstias e as relíquias) de prata, e muitas outras peças.
Paço Municipal (Casa de Câmara e Cadeia)	Atual Museu da Câmara. Localizado na Praça da Aclamação, o prédio atual foi reformado em 1789. Neste prédio, D. Pedro I foi aclamado Regente e Defensor do Brasil, em 1822. Durante a Revolta da Sabinada (ocorreu em 1837 e 1838, liderada por Francisco Sabino Álvaro da Rocha Vieira), o local foi sede do Governo Legal da Província. No primeiro pavimento, além das instalações da Câmara, existem duas salas que serviam como cadeia a presos ilustres. O sobrado é forrado e conserva no seu interior telas dos artistas José Couto e Antônio Parreiras.
Chafariz Público (Chafariz da Praça Dr. Aristides Milton)	Construído no final do século XVIII, durante as décadas de 1780 e 1790, para encaminhar “a água do mato de Tenente Felipe ao largo do Hospital”. Com frontão neoclássico, é elevado em alguns degraus em relação à rua onde era distribuída a água, e seu sistema é formado por caixa de captação, vertedouro, aqueduto de transporte, depósito de decantação e regularização do fluxo da água, e sete bicas de distribuição.
Casa natal de Ana Nery	Atual Museu Hansen Bahia. Neste sobrado de porta e janela nasceu Ana Justina Ferreira Nery, pioneira da enfermagem no Brasil, que participou da Guerra do Paraguai (1864 a 1870).
Solar Estrela (sobrado à Rua Ana Nery, nº 1)	Atual Obra de Assistência Paroquial de Cachoeira. Situado em um local de esquina e datado do início do século XVIII, é considerado um dos mais relevantes exemplos da arquitetura residencial do Recôncavo.
Sobrado à Praça da Aclamação	Atual Museu Regional de Cachoeira e Escritório Técnico do Iphan. Sobrado da primeira metade do século XVIII, destaca-se por suas características arquitetônicas, sendo uma das mais ricas e imponentes residências baianas. Destacam-se os tetos em caixotões, além das esquadrias almofadadas da fachada e armários embutidos decorados existentes nos salões onde os visitantes eram recebidos e ocorriam festas e banquetes.
Capela Nossa Senhora D’Ajuda	A Capela, primeira ermida construída em Cachoeira ainda no século XVII, foi uma homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Somente em 1637 é alçada à condição de matriz, em louvor a Nossa Senhora da Ajuda. Construção de relevante importância arquitetônica abriga as imagens de Nossa Senhora da Ajuda, São Francisco de Assis, São Benedito, Santa Luzia, São Caetano e São Pedro. Nesta Igreja encontra-se a Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda.

Quadro 8: Patrimônio Material de Cachoeira tombado pelo IPHAN

Fonte: IPHAN

Cachoeira possui um elevado potencial patrimonial material reconhecido nacional e internacionalmente. Entretanto, em relação à apropriação destes equipamentos pela própria comunidade, se percebe um certo distanciamento. Essa percepção ganha respaldo na fala do Secretário de Cultura e Turismo.

Então realmente tem que se colocar à disposição para conhecer um pouco mais da nossa história, para conhecer um pouco mais dos nossos legados culturais, ter o habito, criar esse habito na nossa comunidade de visitar, de perpassar num conjunto do Carmo. Porque se você fizesse a pesquisa como eu fiz você vai ver que 80/85% da população cachoeirana vai dizer que nunca visitou o conjunto do Carmo, que nunca subiu no salão nobre da Câmara de Vereadores, que nunca visitou com a família o Museu Hansen Bahia, que nunca entrou na Irmandade da Nossa Senhora da Boa Morte, que nem sabe como é a capela D'Ajuda por dentro E olha que a nossa cidade é super, hiper, mega visitada por grupos escolares dessa Bahia e desse Brasil, de meu Deus quase que todo dia em busca desse nosso conhecimento que a gente mesmo está alijando, está deixando a parte.(Cleydson Rosário)

Este fato é realmente preocupante já que o contato da população com o ambiente materializado, enquanto cenário de vivências urbanas, também concebe a educação. Pois a tarefa educativa das cidades está na maneira como sua memória é tratada, como seus espaços são ocupados a fim de serem preservados, para que desta forma os conhecimentos ali disponíveis possam ser conservados, mas, acima de tudo, venham ser repassados, divulgados e apropriados pelas gerações. E isso é tarefa do povo cachoeirano e não dos visitantes, por isso é preciso desenvolver ações que revertam o quesito da ausência de apropriação dos cachoeiranos aos equipamentos materiais (educativos e culturais) do seu território.

Cachoeira foi contemplada com o Programa Monumenta que, com o investimento de recursos federais, reformou e recuperou vários prédios privados e públicos que estavam em condições ruins para moradia ou em ruínas. Essa revitalização, principalmente do centro histórico, buscava a preservação destes bens, como também influenciar positivamente o desenvolvimento econômico do município. No entanto, uma fala do presidente da ACTUP revela que:

Uma das coisas que mais prejudica o turismo em Cachoeira hoje é o fechamento dos monumentos históricos. Não condiz, é como se fosse uma propaganda enganosa, eu hoje condutor vender minha cidade, vender Cachoeira com todo potencial que a mesma tem e quando o pessoal, o turista chega aqui ele se depara com todos os monumentos ou alguns monumentos fechados, principalmente nos finais de semanas. E isso não vê em nenhuma outra cidade turística e em nenhum lugar do mundo. (Sandro da ACTUP)

Nesse sentido, entende-se que ainda falta um planejamento para o fomento das atividades turísticas por parte de todos os envolvidos neste setor, como o governo, comercio,

instituições e comunidade, visto que a cidade obtém diversos elementos que podem ser contemplados para turismo.

Esses espaços dispõem de potencial que serve para o desenvolvimento social, moral, cultural e econômico que podem ser usufruídos e partilhados com as futuras gerações. A exemplo desses espaços tem-se as praças integrando esse cenário.

Hoje muitas cidades deixaram de ser lugares de encontros, as crianças têm como espaços de lazer, *shoppings* ou *playgrounds*. Contudo em Cachoeira a tradição de ir as praças ainda é e pode ser vista e praticada. Nesses espaços é possível observar diversas gerações, culturas, gêneros aproveitando oportunidades de lazer, convívio social e conhecimentos. Um dos aspectos positivos destes espaços é a acessibilidade, permitindo que o urbanismo seja de inclusão e integração considerando também as belezas naturais e culturais do município. A exemplo da área do porto que compõe nessa estética o Rio Paraguaçu, que, além de embelezar a cidade, é ainda fonte de história, subsistência, cultura e diversão.

Analisando este quantitativo e qualitativo dos equipamentos públicos ofertados aos moradores da cidade e visitantes, é estabelecido que a questão da cidadania defendida no conceito das cidades educadoras pode ser facilmente implantada nessa dinâmica da vida dos habitantes, já que existe o direito de acesso a esses bens e serviços, que permitem a exploração como recurso para diversas atividades educadoras, apresentando-se também como experiência promissora para a estruturação e legitimação desses espaços.

Patrimônio Imaterial

Se o patrimônio material de Cachoeira apresenta uma riqueza incalculável, o seu patrimônio imaterial se equipara a este. É tradição que aqui resiste e faz de Cachoeira um lugar

inigualável e singular. Por isso são apresentados a seguir exemplos desse patrimônio. A começar pelos títulos que a mesma possui, que revelam sua importância no cenário nacional.

Títulos	A que se refere
Cidade Heroica	Condecoração oferecida devido ao fato da cidade ter sido sede do Governo Provisório durante a Guerra da Independência (1822) e durante a revolta conhecida como Sabinada (1837).
Cidade Monumento Nacional	Foi reconhecida pelo IPHAN através do Decreto Presidencial n 68045, de 18 de janeiro de 1971 pela sua arquitetura.
Segunda capital do estado da Bahia	De acordo como a Lei Estadual 10 695/07. Todos os anos, no dia 25 de junho, o governo estadual é transferido para a cidade, num ato de celebração pelos feitos em prol do Estado e do país.

Quadro 9: Títulos de Cachoeira-BA

Elaboração própria

Fazem parte do calendário municipal diversas festas que movimentam a cidade e remetem à história, cultura e tradição local, como podem ser vistos no Quadro 10.

Além dos atrativos históricos e eventos, Cachoeira “trata-se de um celeiro da cultura afro-brasileira, um ícone importante da diversidade cultural, e também um “caldeirão” de manifestações artísticas, saberes e tradições”. (ZAN, 2013, p. 73). Em Cachoeira pode-se encontrar diversos grupos de samba de roda (patrimônio cultural brasileiro). Este é expressão de comunidades tradicionais afrodescendentes do Recôncavo Baiano, dentre os quais um dos mais famosos é o Samba de Roda Suerdieck, liderado por Dona Dalva Damiana de Freitas, doutora Honoris Causa do samba pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Além de grupos de samba, mantem viva a herança a quadrilha e a capoeira; a gastronomia com pratos típicos que se encaixam perfeitamente nesse cenário, como a maniçoba, por exemplo, e denotam cultura e resistência e o aquecimento da economia como o licor por exemplo. Em Cachoeira há diversos tipos de artesanato que podem ser apreciados nas ruas e ateliês, a exemplos das carrancas.

O jeito cachoeirano de ser também é tido como característica e orgulho pela população que divulga como uma cidade acolhedora.

...mas eu desconheço alguém que já chegou em Cachoeira e não teve vontade de voltar e não teve aquele sentimento de pertencimento, aquele sentimento de gostar da cidade, uma cidade aconchegante, uma cidade que abraça as pessoas. (Sandro ACTUP)

Evento	Data	Descrição
Aniversário de Elevação à categoria de Cidade	13 de março	Em 13 de março de 1837 obteve a sua emancipação política. Atualmente a data é comemorada com festejos e atrações de bandas locais e da região.
São João e Feira do Porto	Mês de Junho	Conhecido pela sua tradição histórica, o São João de Cachoeira possui o famoso licor, bebida típica do São João. Durante os dias dos festejos a cidade conta com atrações e bandas locais, bem como, artistas consagrados, sendo um período de muita movimentação na cidade. Ocorre também a tradicional Feira do Porto que conta com artigos artesanais trazidos de diversas cidades circunvizinhas.
Data magna da Cachoeira	25 de junho	Data marcada por a sessão solene na Câmara de Vereadores e desfile cívico com participação de autoridades e populares a fim de lembrar o 25 de junho de 1822, dia em que o povo de Cachoeira assumiu a liderança do movimento que deflagrou a guerra pela Independência da Bahia.
Festa da Nossa Senhora da Boa Morte	09 a 12 de agosto	É uma Festa conhecida internacionalmente e repercutidas nos principais órgãos televisivos e noticiosos é promovida pela Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e a programação inclui ceias, cortejos, missas, procissões, samba-de-roda
Festa de Nossa Senhora D'Ajuda	Entre os meses de outubro e novembro	A Festa D'Ajuda tem liturgia Católica em adoração a Nossa Senhora. As festividades têm início com o Pregão do Bando Anunciador, contam com grupos de fanfarras que tocam instrumentos de sopro metálicos, entre outros, anunciando a passagem do tradicional cortejo, conhecido popularmente como embalo, atraindo uma grande parte da população que acompanha o cortejo pelas principais ruas da cidade.
Festa Literária Internacional de Cachoeira (Flica)	Sempre em outubro	Um evento gratuito que inclui shows na praça, painéis, palestras e atividades para crianças com a presença de escritores locais, nacionais e internacionais.
Panorama Internacional Coisa de Cinema	Entre os meses de outubro e novembro.	É Competição de curtas e longas baianos, nacionais e internacionais.

Quadro 10: Eventos culturais de Cachoeira-BA

Fonte: Secretaria de cultura e Turismo e sites na internet

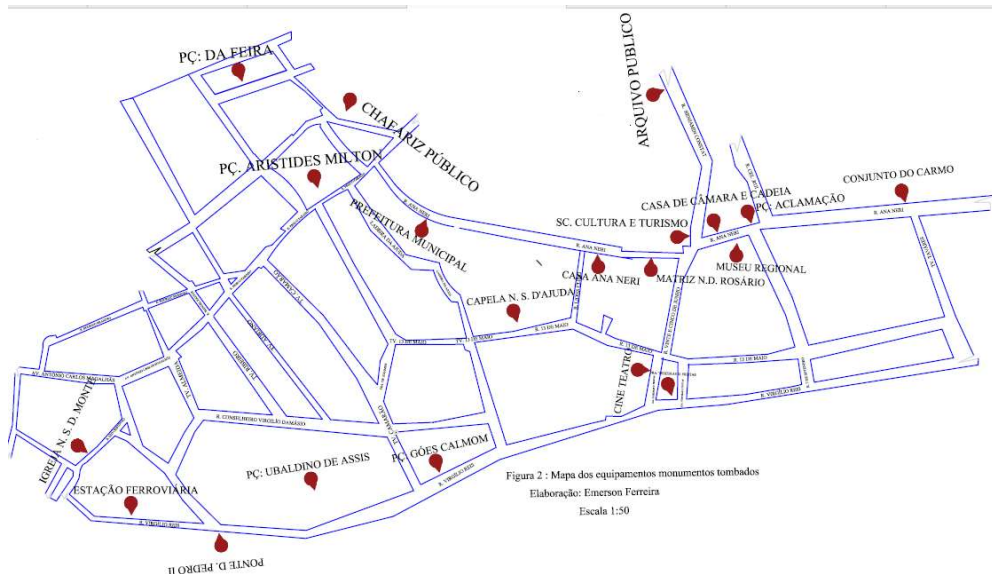


Figura 5: Localização dos potenciais patrimoniais
Fonte:

Potenciais Administrativos

Esta dimensão trata a respeito do posicionamento da administração pública em relação aos equipamentos e cultura em potencial no município de Cachoeira. A questão política é quesito relevante visto que afeta diretamente a oferta e modo que esses potenciais podem se desenvolver e fortalecer.

Como já dito, conhecer o município é fundamental para a tomada de decisões e conhecer não cabe apenas à administração pública; é preciso que os dados municipais relevantes sejam disponibilizados. No entanto, em pesquisa na *internet*, não foram encontradas informações públicas no que concerne ao Plano Diretor Municipal e nem também um *site* de divulgação do município, o que dificultou a construção de informações para essa pesquisa.

A Secretaria de Cultura e Turismo, no entanto, nos apresentou uma Relação das Manifestações Culturais e Eventos Cívicos e o mapa com os principais roteiros turísticos municipais. E, em pesquisa na *internet*, foram encontrados em rede social a divulgação de eventos e o relatório de atividades realizadas no ano de 2018 pela mesma. Neste sentido, percebe-se que, apesar de existir algumas iniciativas, ainda há muito a se avançar em relação à comunicação e publicização das ações de um modo geral.

Em relação a parcerias com o terceiro setor, lembramos que algumas instituições afirmam não estarem mais com convenio com a prefeitura na gestão atual para o apoio de suas

atividades, o que é um ponto muito negativo, já que muitas dessas não são autossustentáveis e assim ficam à mercê de editais do governo para executarem suas atividades. E isto diminui conseqüentemente o número de indivíduos que poderiam estar sendo beneficiados.

Contudo, em entrevista concedida pelo Secretário de Cultura e Turismo, o mesmo afirma ter parceria com diversas instituições: convênio com as filarmônicas (Minerva, Lira e Orquestra Reggae); disponibilidade do espaço para a Associação Muleki é tu e Samba de Crioulo e outro prédio para Orquestra Reggae usar como sede. Colabora também com o Centro de Economia Solidaria do Recôncavo (Cesol) e atualmente está com convênio de estágio com a UFRB. Já a Secretaria de Educação explicou que, em suas atividades, sempre está em parceria com grupos de dança como ABW e Raízes do Ébano.

Abordando sobre a relação dos entes municipais para a realização de projetos, as Secretarias entrevistadas afirmam desenvolver atividades em parceria com demais para realização de atividades. A Secretaria de Educação afirma desenvolver projetos com a colaboração da Secretaria de Assistência Social e de Saúde. A Secretaria de Cultura e Turismo declara:

Então, aqui na Secretaria de Cultura e Turismo, a gente tem já como premissa desenvolver atividade sempre tentando comungar com outros entes municipais, como a Secretaria de Educação, como a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de esportes, como algumas associações em Cachoeira. (Sec. Cleydson do Rosário)

Mas, o que se enfatiza neste trabalho é uma gestão em que as secretárias trabalhem em um projeto conjunto em prol da cidade, efetivando a intersetorialidade. Vale comentar que projetos nesse sentido vem sendo pensados:

Vamos fortalecer isso mais ainda a partir do próximo ano porque no espaço onde funcionava o antigo Arquivo Público Municipal a gente está fomentando no espaço o Centro de Formação cultural em Cachoeira, que terá como premissa o desenvolvimento de ações artísticas e culturais, atividades artísticas e culturais voltadas para nossa população infanto-juvenil justamente para que a gente possa começar a criar cidadãos bem mais preparados culturalmente para o que é ter nascido ou morar em Cachoeira, para a gente até quebrar certos paradigmas e criando assim Uma Geração Bem mais rica culturalmente do seu próprio legado histórico-cultural, mas a gente tá implementando ainda fizemos uma parceria como governo do estado com o próprio Ipac, em que vai ser realizada a pintura do prédio, onde através da Fundação Cultural do Estado da Bahia a gente tá conseguindo trazer pra Cachoeira um anexo do corpo de dança da fundação cultural. E aí desenvolvidas no prédio pra esse público será toda ela desenvolvidas por artistas e instituições culturais de Cachoeira que serão convidadas as nos apresentar pequenos projetos para que a gente possa dar uma vida ao prédio a esse espaço museológico e cultural durante todo o ano. E com recursos

advindos da municipalidade e de parceiros de entidades privadas a gente possa tá subsidiando os recursos financeiros para essas atividades aconteçam. Mas atividades serão criadas e desenvolvidas por artistas e grupos culturais de Cachoeira, assim como oficina de danças, como oficinas de pintura em tela infantil, oficinas de xilografia dentre outras ações. (Sec. Cleydson do Rosário)

Por todos esses aspectos elucidados se confirma o elevado potencial de Cachoeira na história e cultura, música, literatura, dança e educação.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso desse estudo, abordou-se o quanto as cidades possuem relevância no papel de ampliação do grau de consciência cidadã, ressaltando que se cidadania é algo a ser construído, aprendido, é um exercício a ser conquistado. Por isso o território em que vivemos é mais que um conjunto de ruas nas quais trabalhamos, circulamos, moramos. É também a interação que se mantém com esse espaço.

Nessa compreensão se destaca a educação como um processo amplo e principal catalisador na contribuição da formação dos indivíduos como cidadãos. A cidade apresenta-se como espaço educativo em que, no cotidiano das experiências e na convivência com a materialidade, pode se tornar um agente educativo que impulsiona aprendizagens formais, não formais e informais que dinamizam competências e ativam a cidadania. E, ao converter a educação em um elemento norteador das políticas da cidade, para potencializar os aspectos da sua organização e deste modo aprender com e na comunidade e a partir disso engajar-se coletivamente, valorizando o modo de vida na cidade, se insere o Movimento das Cidades Educadoras.

A Cidade Educadora apresenta uma alternativa inovadora de ação social visto que incentiva a interação de vários sujeitos e equipamentos para estruturar um território educativo, no qual as próprias instituições funcionam como recursos para ativar o capital social e constituir redes.

De acordo com Carrano (2003, p.161 apud Vieira 2016, p.31), "O potencial educativo de uma cidade corresponde tanto ao que se refere à oferta e à organização de estruturas sociais e culturais urbanas, como quanto à quantidade e à qualidade dos relacionamentos que os sujeitos estabelecem".

Nesse sentido, a cidade de Cachoeira apresenta potencial de modo sobrelevado. Primeiramente devido à junção da cultura indígena, negra e portuguesa que aferiu a Cachoeira uma identidade peculiar, um marco de identidade étnica e de resistência sociocultural e que resulta no sincretismo religioso da cidade. A composição de todo o seu patrimônio cultural, agrupando as riquezas tangíveis e intangíveis, o seu calendário de festas e manifestações artísticas, o sentimento de orgulho demonstrado pela comunidade, diversos equipamentos da sociedade civil, a sua participação ativa na história do Brasil. Além disso ainda possui uma universidade (UFRB-CAHL) que contribui com o desenvolvimento econômico e cultural.

Todavia, todo esse potencial educativo citado necessita de políticas e dispositivos de fomento que os estruturam, pois, ainda educação patrimonial é um aspecto que apresenta

déficits e permite o desperdício do potencial educativo dos equipamentos. Verificou-se também, durante a investigação, falta de colaboração e parceria entre os agentes públicos, os privados e a sociedade civil.

Por isso é proposto neste trabalho um Plano Educativo Local com base nos princípios das Cidades Educadoras para o conseguimento da promoção do desenvolvimento endógeno de Cachoeira. Neste plano educativo local sugerido, as estratégias devem ser norteadas por parâmetros adequados ao porte da cidade de forma participativa com ações de curto, médio e longo prazo.

Entretanto, para que isso aconteça, implica uma vontade política *a priori* da administração e as secretarias do governo local, para mobilizar pessoas e instituições da sociedade civil no sentido de desenvolver políticas com estratégias coletivas, que envolve questões de gestão, educacionais, éticas, orçamentárias com base nos princípios da Carta das Cidades Educadoras.

Este Plano considera os projetos vigentes do município (como alguns já citados neste trabalho), bem como as leis, a exemplo da Lei 188/2008 de educação patrimonial, mas que, a partir desse, devem de modo conjunto potencializar os espaços educativos de Cachoeira em todas as suas dimensões. É nova arquitetura de gestão pública com inovação e mudança a partir do que já existe, favorecendo o desenvolvimento local e superando problemas cotidianos.

Não para ser apenas um projeto da Prefeitura ou para servir de mero slogan, mas um planejamento adequado à realidade local que faça o ciclo de políticas públicas e construa pela educação uma rede com as secretarias e órgãos da prefeitura, escolas, Terceiro Setor e sistema privado. E neste projeto responder com que educação queremos, qual escola queremos, qual cidade queremos, destacando os seus recursos, as pessoas, a história, o meio ambiente, os hábitos e a cultura local como potencialidades a serem exploradas no empreendimento de ações que serão apropriadas pelos munícipes.

Finalizando, é constatado que Cachoeira dispõe de equipamentos e recursos com potenciais educativos que podem atender às demandas de um projeto com a visão da cidade educadora, se assim o desejarem seus governantes e a sociedade. Que poderá projetar a imagem da cidade ratificando-a como um destino do turismo histórico, cultural e étnico contribuindo com o desenvolvimento local sustentável, com o estímulo da economia criativa e a valorização da diversidade cultural e preservação do patrimônio cultural local e reinventar infraestrutura da cidade, inserindo intencionalidade pedagógica nas ações, protagonizando experiências que podem refletir em outros municípios circunvizinhos, com projetos que busquem superar o

processo de estagnação econômica e até quem sabe retomar sua antiga influencia regional e nacional

Ao tornar cachoeira Cidade Histórica em Cachoeira Cidade Educadora, novos espaços destinados à aprendizagem podem ser ressignificados a partir de novos olhares, para os saberes e culturas para as suas populações (negra, universitária, das crianças, das juventudes, do idoso, do turista, dentre outros).

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ângela. **Educação Cidadã**: Educação Integral: fundamentos e práticas / Ângela Antunes, Paulo Roberto Padilha. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.
- ALMEIDA, Maria Salete Bortholazzi. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor Produções Didático-Pedagógicas. **Cadernos PDE**. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_bio_pdp_maria_salette_bortholazzi_almeida.pdf> Acesso em 10/11/2018.
- ARREGUI, Carola Carbajal Gestão social: desafios e perspectivas no uso da informação e dos indicadores sociais in: **Gestão social: mobilizações e conexões / organizadores, Luciano Antônio Prates Junqueira...**[et al.]. -- São Paulo: LCTE Editora, 2012 Série Coleção ENAPEGS Volume 6.
- BERNET, J. *Introdução*. In: E. A. **Educadores**, La Ciudad Educadora = La Ville Éducatrice Barcelona, Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 1990 (pp. 6-21).
- BLASIS, Eloísa de. “Os habitantes fazem a diferença nos projetos municipais de educação”. In: Educação e cidade. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, no 1, 2006, p. 59-67.
- BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1ªed, 1983.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28o ed., 1993.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRUNO, Ana. Educação formal, não formal e informal: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Mediações revista online** Vol. 2 – n.º 2 – 2014. Mediações p. 10 a 25 –. Disponível em: <http://mediacoes.esse.ips.pt>
- CAMARGO, Daniela Arguilar. **Descentralização, poder local e participação social: perspectivas para a construção de uma nova cultura política**. Editora Edunisc. 2016.
- CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS. Disponível em:< cidadeseducadoras.org>. Acesso 15 de janeiro de 2018.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. In: **Gestão social: mobilizações e conexões / organizadores, Luciano Antônio Prates Junqueira...**[et al.]. -- São Paulo: LCTE Editora, 2012 Série Coleção ENAPEGS Volume 6.
- CASTRO, Armando Alexandre. O patrimônio histórico-cultural e o turismo na Cidade Heroica de Cachoeira-BA: potencialidade x realidade. **2005. INTERAÇÕES. Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 7, N. 11, p. 113-119, set. 2005.
- CIDADE. In: **Dicionário online Houaiss**. 2009 Disponível em :<rogsil.wordpress.com/2009/04/09/dicionário-Houaiss-cidade/> Acesso em 13/10/2018.
- COSTA, Natasha. A relação escola-cidade garante uma Cidade Educadora? 2007, p.1-3. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/OCE/docspdf>. Acesso em 20/08/2018.
- DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. São Paulo, 3 abr. 2006. Disponível em:<<http://Dowbor.org.br>>. Acesso em: 05 mai. 2018

DRESCH, Juliana. Desafios de políticas públicas para a cidade educadora: um estudo a partir da experiência de Porto Alegre. **Revista Prâxis**, vol. 1, enero-junio, 2005, pp. 51-56 Centro Universitário Feevale Novo Hamburgo, Brasil

FAURE, E., **Aprender a ser**, Madrid: Alianza Editorial. 1973

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam / Paulo Freire. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4)

-----**Política e educação**: ensaios / Paulo Freire. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.(Coleção Questões de Nossa Época ; v.23)

FERNANDES, Renata Siero – A cidade educativa como espaço de educação não formal, as crianças e os jovens. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v.3, no. 1, p. 58-74, mai. 2009. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

FISCHER, Tania. Desenvolvimentos territorial como campo de convergências, In: **Gestão social**: mobilizações e conexões / organizadores, Luciano Antônio Prates Junqueira...[et al.]. -- São Paulo: LCTE Editora, 2012 Série Coleção ENAPEGS Volume 6.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. (Suisse), 2005.

----- A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec** 2006 n. 1 p. 133-139

-----**Educação Integral no Brasil**: inovações em processo / Moacir Gadotti. -- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. -- (Educação Cidadã; 4)

GASPAR, Alberto. A educação formal e a educação informal em ciências. **Ciência e público**. 2005, p.171-183.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**: avaliação das políticas públicas de educação, (2006) p. 27-38. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>

-----Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos Fac. Educação/UNICAMP/Brasil- **Investigar em Educação** - IIª Série, Número 1, 2014p. 35-50.

HENRIQUE, Wendel. A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: Notas preliminares de pesquisa. **GeoTextos**, vol. 5, n. 1, jul 2009. 89-112

JÚNIOR, Euler Sandeville. **A paisagem do município como território educativo**. Município que educa: múltiplos olhares. São Paulo : Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates. Redes Sociais E Território. In: **Gestão social**: mobilizações e conexões / organizadores, Luciano Antônio Prates Junqueira...[et al.]. -- São Paulo: LCTE Editora, 2012 Série Coleção ENAPEGS Volume 6.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.

-----Pedagogia e pedagogos, para quê? 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010

MACHADO, Joaquim. Cidade educadora e administração local da educação na cidade de Braga. **Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia** p. 83 – 89.

- PAETZOLD, Ophélia S. Buzatto. Educação e cidadania na perspectiva da cidade educadora: um estudo a partir de Frederico Westphalen. **UNIrevista-** Vol. 1, nº 2: (abril 2006)
- ROCHA, Uelton Freitas. “**Recôncavas**” **fortunas**: a dinâmica da riqueza no Recôncavo da Bahia (Cachoeira, 1834-1889) / – Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015. 226 f.
- RODRIGUES, Lola Cristina da Luz. **Cidade educadora**: estudo sobre a experiência de Esteio. Dissertação (mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. 100folhas.
- RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. Políticas culturais no município de Cachoeira - BA: avanços e desarticulações. **V Enecult** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009 Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.
- RODRIGUES, Roberto W. S. Gestão social: seus percursos formativos e carreira profissional in: **Gestão social: mobilizações e conexões / organizadores, Luciano Antônio Prates Junqueira...**[et al.]. -- São Paulo: LCTE Editora, 2012 Série Coleção ENAPEGS Volume 6.
- SANTOS, Fernando A. dos. **Cidade educadora e escola cidadã na cidade contemporânea**. Dissertação (mestrado em educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2009.
- SANTOS, Fernando Assis dos. Cidade educadora e planejamento urbano na cidade de Sorocaba. **Anais do VII CBG**. Universidade de Sorocaba. 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403361011_ARQUIVO_Cidadeeducadora_eplanejementourbanonacidadedesorocaba.AGB2014.pdf. Acesso em 15/01/2019.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.
- SAVI, Aline et al. Cidade Educadora e Sistemas de espaços livres na abordagem da acessibilidade: estudo de caso na região da grande Santa Luzia, em Criciúma. **Revista de Iniciação Científica**, Criciúma, v. 15, n. 2, 2017
- SEGURADO, Rosemary. O Marco civil da internet. In: **Gestão social: mobilizações e conexões / organizadores, Luciano Antônio Prates Junqueira...**[et al.]. -- São Paulo: LCTE Editora, 2012 Série Coleção ENAPEGS Volume 6.
- SINGER, Helena. **Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola** — São Paulo: Moderna, 2015. — (Coleção territórios educativos; v. 1)
- TRINDADE, Larissa dos Santos. **Quando a norma não se transforma em política: o art.136 da Lei Orgânica e a Lei 818/2009 nas rotinas acadêmicas do Fundamental Séries Iniciais**. p. 1-51. 2018. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018
- VIEIRA, Elisa; GROPPA AQUINO, Julio. Sobre a pedagogização da experiência urbana: o projeto da cidade educadora. **Educação Unisinos**, vol. 19, núm. 3, 2015, pp. 313-324. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644341003> acesso em 12/11/2018.
- VIEIRA, Cesar Romero Amaral; OLIVEIRA, Cleiton; MARTIN, Carolina. **Movimento cidades educadoras no estado de São Paulo**. Artigo publicado em: 05/07/2016 p. 28-46
- ZAN, Marina Tomaz. **Economia Criativa no Brasil: reflexões sobre o potencial criativo de Cachoeira(BA)**. Mestrado em Comunicação e Cultura, Universidade de Lisboa. 2013.p. 1-107